

**Conselho Regional de Administração da Bahia**

Fiscalizar, valorizar e promover o exercício do
profissional de Administração, contribuindo
com o desenvolvimento do país.



Avenida Tancredo Neves 999 - Ed. Metropolitano Alfa - 6º andar - Salas 601/602 e 401/402 - Bairro
Caminho das Árvores - Salvador-BA - CEP 41820-021
Telefone: (71) 3311-2583 - www.cra-ba.org.br

Ofício nº 3419/2024/CRA-BA

Salvador, 04 de setembro de 2024.

Ao Excelentíssimo Senhor Presidente
Abelardo Paulo da Matta Neto
Presidente do Tribunal Regional Eleitoral - BA
Salvador – Bahia

Assunto: Retificação de Edital de Pregão Eletrônico N° 90040/2024.

Senhor Presidente,

O CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DA BAHIA - CRA/BA, Autarquia Federal criada pela Lei Federal nº 4.769/65 e regulamentada pelo Decreto Federal nº 61.934/67, com alterações sancionadas pela Lei nº 7.321/85, tem como finalidade precípua fiscalizar o exercício da profissão de Administrador e a exploração de serviços nos campos da Administração, dispostos no art. 2º da supracitada lei.

Tomamos conhecimento do Edital de Pregão Eletrônico N° 90040/2024 do Tribunal Regional Eleitoral - BA, cujo objeto **“Contratação de empresa para prestação contínua de serviços terceirizados de apoio ao atendimento ao cliente, com cessão de mão de obra residente, para alocação de postos de trabalho de Atendente III, Atendente IV (Libras), Telefonista, Telefonista Bilíngue (Libras), Auxiliar de Supervisão e Supervisor, para atuação nos serviços de atendimento ao público na Central de Atendimento ao Público (CAP), no Núcleo de Atendimento Remoto ao Eleitor (NAVE) e na Ouvidoria do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, em Salvador/BA”** envolve prestação de serviços para terceiros com **Locação de Mão-de-Obra**.

Informamos que as empresas que prestam serviços para terceiros com Locação de Mão-de-Obra, para garantir a eficácia na prestação de serviços aos seus clientes, desenvolvem diversas atividades nas áreas de Administração Financeira, Recrutamento, Seleção e Administração de Pessoal, as quais são expressamente definidas no art. 2º da Lei nº 4.769/65. Com isso, a operacionalização desse serviço dar-se-á através de pessoas aptas (habilitadas) a realizar tal serviço, envolvendo, para tanto, uma gestão de recursos humanos, área de conhecimento específico da ciência da Administração concernente à Administração de Recursos Humanos, e todos os seus aspectos peculiares como: treinamento específico, identificação do perfil adequado às atividades e o grau de instrução para realizar os serviços.

As empresas registradas no Conselho Regional de Administração têm a supervisão de suas atividades realizada por um **Responsável Técnico**, Administrador registrado também no CRA, e submetido ao código de ética da profissão, o que dá maior credibilidade à população alvo dos serviços prestados, evitando, assim, grande prejuízo à Administração Pública, uma vez que esta última poderá contratar empresa não habilitada para esse fim. Assim sendo, **as empresas que exploram tais serviços são obrigadas ao registro cadastral neste CRA/BA**, conforme dispõe o art. 15 da Lei Federal nº 4.769/65 e art. 1º da Lei federal nº 6.839/80, in verbis:

Serão obrigatoriamente registrados nos CRA as empresas, entidades e escritórios técnicos que explorem, sob qualquer forma, atividades de Administrador, enunciadas nos termos desta Lei (grifo nosso). Art. 15 da Lei Federal nº 4.769/65.

No mesmo sentido dispõe a Lei Federal nº 6.839/80, em seu artigo 1º, quando cita a obrigatoriedade do registro de empresas em relação à atividade pela qual prestam serviços a terceiros:

"Art. 1º O registro de empresas e a anotação dos profissionais legalmente habilitados, delas encarregados, serão obrigatórios nas entidades competentes para a fiscalização do exercício das diversas profissões, em razão da atividade básica ou **em relação àquela pela qual prestem serviços a terceiros** (grifo nosso). Art. 1º da Lei federal nº 6.839/80.

Nessa esteira, o Conselho Federal de Administração definiu, no Acórdão nº 03/2011, sobre a obrigatoriedade de registro das empresas que exploram serviços de **Locação de Mão-de-Obra** nos Conselhos Regionais de Administração, nos seguintes termos:

Visto, relatado e discutido o Parecer Técnico CTE N° 03/2008, de 12/12/2008, da Comissão Especial Técnica de Estudos de Fiscalização, constituída pela Portaria CFA N° 20/2011, de 17/03/11, alterada pela Portaria CFA N° 77/2011, de 22/08/11, sobre a obrigatoriedade de registro em CRA das empresas prestadoras de serviços terceirizados - Locação de Mão-de-Obra, ACORDAM os Conselheiros Federais do Conselho Federal de Administração, reunidos na 16a Sessão Plenária, em 15/09/2011, por unanimidade, ante as razões expostas pelos integrantes da citada Comissão, com fulcro nos arts. 15 da Lei nº 4.769/65 e 1º da Lei nº 6839/80, em iular obrigatório o registro nos Conselhos Regionais de Administração, das empresas prestadoras de serviços terceirizados - Locação de Mão-de-Obra, por praticarem atividades de recrutamento, seleção, treinamento, admissão, demissão e administração de pessoal, para que possam disponibilizar ou fornecer a mão-de-obra necessária à execução dos serviços que se propõe a prestar, tais como: limpeza, vigilância, telefonia, recepção, dentre outros. As atividades praticadas por essas empresas estão inseridas no campo de Administração e Seleção de Pessoal/Recursos Humanos, privativo do Administrador, de acordo com o previsto no art. 2º da Lei nº 4.769/65. O Parecer Técnico da Comissão Especial Técnica de Estudos de Fiscalização fica fazendo parte integrante do presente acórdão. Acórdão 03/2011 – Plenário – CFA.

Junto a isso, a Lei Federal nº 14.133/21, promulgada para substituir sua antecessora, também prevê, em seu art. 67, o dispositivo legal, a saber:

Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

I - **apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente**, quando for o caso, **detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;**

II - **certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente**, quando for o caso, **que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior**, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 desta Lei;

III- indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos; (...)

V - **registro ou inscrição na entidade profissional competente**, quando for o caso; (grifos nossos). LEI Nº 14.133/21, DE 1º DE ABRIL DE 2021.

Ante o exposto, o Conselho Regional de Administração da Bahia solicita do Tribunal Regional Eleitoral - BA a **retificação do referido** edital de Pregão Eletrônico N° 90040/20244, **passando a exigir:**

1. Registro da licitante no Conselho Regional de Administração da Bahia (CRA-BA) ou Registro Secundário, caso a licitante vencedora do certame seja sediada fora do Estado da Bahia;

2. Capacidade técnico-profissional: Comprovação da licitante possuir, em seu quadro permanente, como empregado, como autônomo, como sócio ou como procurador, um profissional de nível superior detentor de certidão de acervo técnico – CAT registrado no CRA, dentro da validade e compatível com o objeto licitado;

3. Capacidade técnico-operacional: Apresentação de, no mínimo, 1 (um) atestado de aptidão da Empresa licitante, acompanhado da certidão de registro, na validade exigida pelo Conselho Federal de Administração, para execução de serviços compatíveis com o objeto desta licitação, em características, quantidades e prazos que permitam o ajuizamento da capacidade de atendimento, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no Conselho Regional de Administração – CRA/BA e visado pelo seu Responsável Técnico. Caso a licitante seja sediada fora do Estado da Bahia, deverá apresentar seu atestado de aptidão registrado no CRA do seu Estado de origem.

Na oportunidade, nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos pelo tel.(71) 3311.2583 das 09:00 às 17:30h e e-mail: coord.fiscalizacao@cra-ba.org.br e fiscal1@cra-ba.org.br.

Atenciosamente,

Adm. Rosilene Maria Cruz
Superintendente
CRA/BA – 17.946



Documento assinado eletronicamente por **Admª. Rosilene Maria Cruz, Superintendente**, em 05/09/2024, às 11:40, conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site sei.cfa.org.br/conferir, informando o código verificador **2828426** e o código CRC **15952F71**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 476901.003452/2024-15

SEI nº 2828426

**ILUSTRÍSSIMO (A) PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE
LICITAÇÃO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90040/2024
PROCESSO SEI N.º: 0012967-52.2024.6.05.8000
REF: IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

A **CTES – COOPERATIVA DE TRABALHO ESPECIALIZADA EM SERVIÇO**, inscrita no CNPJ, sob o nº 23.641.510.0001-43, com sede à Rua Braulino Santos, Nº 29, Bairro Candeias, Vitória da Conquista- BA, CEP 45.028-170, representada por sua Presidente Administrativa Srtª Maiane Moreira Cardoso Portela, Presidente Administrativa, portadora do RG sob o nº 13.660.495-19 e CPF sob o nº 041.405.185-88, com fundamento no art. 41, § 2º, da Lei – 8666/93, vem interpor a presente

IMPUGNAÇÃO

Impugna os termos do edital em referência, e que faço na conformidade seguinte:

I. TEMPESTIVIDADE

A Nova Lei de Licitações e Contratos, em seu art. 164, permite que qualquer cidadão questione atos irregulares cometidos pela administração pública, conforme mencionado no item 13.1, nos seguintes termos:

***Art. 164.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.*

***Parágrafo único.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.*

Inicialmente, comprova-se a tempestividade desta impugnação, dado que a sessão pública está prevista para 17/09/2024, e a presente impugnação manifestada nesta data 05/09/2024, logo, cumprindo está o prazo pretérito de 03 (três) dias úteis previsto em lei.

II. DA IMPUGNANTE

A impugnante é sociedade cooperativa, constituída em conformidade com as prescrições da Lei Federal no. 5.764/71, Lei essa recepcionada parcialmente pela Constituição Federal de 1988 (artigos 5º, XVIII e 146, III, c e no art. 174, § 2º). Bem assim, por se tratar de uma cooperativa do ramo Trabalho está tutelada (especialmente) pela Lei 12.690/12.

Como cooperativa, tem a finalidade de prestar serviços a seus associados. Serviços esses consistentes na viabilização da atividade econômica a ser desenvolvida por seus associados, no caso fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros. Deve ser ressaltado que essa prestação de serviços se dá sem qualquer finalidade de lucro, eis que todo resultado das cooperativas reverte exclusivamente a seus associados, que também são titulares das despesas da sociedade.

No desenvolvimento de suas atividades, as cooperativas podem adotar por objeto qualquer atividade, serviço ou operação, conforme prescrição expressa das Leis cooperativistas supramencionadas.

Para atingir os seus objetivos sociais, a cooperativa firma em nome de seus sócios, contratos com pessoas físicas ou jurídicas, que possam servir de instrumento para a realização da atividade profissional de seus associados.

Em função disso, a impugnante vem, não somente contratando com entes de direito privado, como também participando de licitações, buscando viabilizar a atividade profissional de seus associados a entes de direito público, sem, contudo, caracterizar relação subordinada, tendo em vista que todos os cooperados são sócios da sociedade cooperativa.

III. SÍNTESE DOS FATOS

A. DA PROIBIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS.

É sabido que o edital de licitação, elaborado na conformidade com o sistema do direito positivo, faz lei entre as partes, regendo todo o trâmite do procedimento licitatório.

Contudo, o edital em questão viola de maneira flagrante os princípios legais contidos na lei 14.133/21, diploma legal que rege a matéria como demonstrado a seguir:

Art. 9º É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei:

I - Admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:

a) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas;

A análise do edital, disponibilizado no site do tribunal, bem como de elementos já conhecidos do procedimento, indica falhas suficientes para obstar a sua continuidade, bem como capazes de acarretar sua posterior invalidez.

Ao analisar o edital do Pregão Eletrônico nº **90040/2024** cujo objeto é:

1.1. A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO CONTÍNUA DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS DE APOIO AO ATENDIMENTO AO CLIENTE, COM CESSÃO DE MÃO DE OBRA RESIDENTE, PARA ALOCAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO DE ATENDENTE III, ATENDENTE IV (LIBRAS), TELEFONISTA, TELEFONISTA BILÍNGUE (LIBRAS), AUXILIAR DE SUPERVISÃO E SUPERVISOR, PARA ATUAÇÃO NOS SERVIÇOS DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO NA CENTRAL DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO (CAP), NO NÚCLEO DE ATENDIMENTO REMOTO AO ELEITOR (NAVE) E NA OUVIDORIA DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA, EM SALVADOR/BA, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, COM VIGÊNCIA DE 24 MESES, PRORROGÁVEL A CRITÉRIO DO CONTRATANTE, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO ANEXO I DO EDITAL – TERMO DE REFERÊNCIA.

Verificou-se no edital uma restrição a competitividade estampada no item 2.7. que trará da participação no pregão.

Tal ilegalidade é passível de **nulidade**, e compromete a lisura e isonomia deste processo licitatório (nº **90040/2024**).

De início, a restrição a competitividade evidencia uma GRAVE ilegalidade.

Para melhor entender vejamos o que diz o item

IV. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO:

2.7. Não poderão participar desta licitação:

k) cooperativas de mão de obra, nos termos do Acordo Judicial entre MPT e AGU constante do Anexo VI deste Edital.

A Lei 12.690/2012 define cooperativas de trabalho como sociedades de trabalhadores unidos para exercer atividades laborativas coletivamente, buscando benefícios como qualificação, renda e melhores condições de trabalho. Regidas por princípios como adesão voluntária, gestão democrática e autonomia, essas cooperativas promovem o crescimento socioeconômico de comunidades marginalizadas. A lei também instituiu o PRONACOOOP para fomentar o desenvolvimento dessas organizações.

Decisões judiciais, como as da 7ª Turma do TST e da Primeira Turma do TRT da 18ª Região (GO), não reconheceram vínculo empregatício entre cooperados e cooperativas de trabalho, enfatizando a ausência de subordinação entre os membros. A legislação, incluindo o artigo 442 da CLT, expressamente proíbe esse tipo de vínculo. Assim, as cooperativas de trabalho não devem ser vistas apenas como fornecedoras de mão de obra, mas como sociedades de pessoas unidas para alcançar objetivos comuns, conforme estabelecido pelas leis 12.690/2012, 5.764/1970 e o Código Civil.

Em síntese, essas organizações desempenham um papel crucial na economia brasileira, promovendo a participação econômica e social de seus membros, embora a análise de jurisprudências e práticas administrativas seja essencial para seu desenvolvimento sustentável.

O item em questão, de maneira arbitrária e deplorável, restringe a participação de cooperativas no certame, exigindo uma investigação minuciosa pelos órgãos de controle, caso não haja revisão por parte da administração do tribunal, conforme os fatos apresentados a seguir. Tais exigências constituem, por si só, uma violação à igualdade de competição, evidenciando uma clara tentativa de eliminar a concorrência. É inaceitável que o órgão licitante imponha requisitos arbitrários que limitem ou dificultem a participação em processos licitatórios.

Portanto, o requisito em questão é claramente abusivo e carece de qualquer fundamentação jurídica válida, prejudicando a participação das cooperativas no certame. Por esses motivos, estamos confiantes de que o item será revisado e excluído do presente Edital, em conformidade com os princípios da Legalidade, Isonomia e Moralidade.

Em resumo, caso a configuração atual seja mantida, o princípio da isonomia será comprometido, visto que as exigências formuladas limitam severamente o número de empresas qualificadas para a prestação dos serviços, o que, em última análise, não promove uma competição verdadeira, justa e ampla, nem a economicidade da contratação.

V. DO DIREITO

O artigo 37 da Constituição Federal estabelece os princípios fundamentais que a administração pública deve observar ao realizar atos administrativos. Estes incluem legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, além dos princípios implícitos como razoabilidade e proporcionalidade.

O princípio da igualdade, consagrado no artigo 5º da Constituição Federal, assegura que todos são iguais perante a lei. As cooperativas são reconhecidas como pessoas jurídicas aptas a participar de processos licitatórios no ordenamento jurídico brasileiro.

Portanto, o parcelamento é necessário quando há viabilidade técnica, especialmente em objetos que não formam um sistema único e integrado, ou quando não há risco para o conjunto do objeto licitado. O parcelamento do objeto deve ser planejado de forma a permitir uma economia vantajosa, aumentando o número de licitantes aptos a oferecer os serviços necessários, atendendo aos requisitos estabelecidos.

A Lei nº 14.133/21 reforça a impossibilidade de o ente licitante privilegiar um licitante em detrimento de outros, conforme o artigo 9º:

"Art. 9º É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:

a) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas;

b) estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes;

c) sejam impertinentes ou irrelevantes para o objeto específico do contrato."

O procedimento licitatório pressupõe uma verdadeira disputa entre os participantes, sendo a competitividade entre as propostas uma condição *sine qua non* para sua efetividade. Sem concorrência autêntica, a licitação torna-se viciada e converte-se em embuste, lesando a lei. Conforme o princípio da Lealdade e Boa-fé, o administrador não pode agir com malícia ou de forma a confundir ou atrapalhar o cidadão.

Uma recente decisão da Primeira Câmara do TCU modificou o entendimento sobre a participação das cooperativas, propondo a revisão da Súmula 281 do TCU. A vedação à participação de cooperativas em licitação não deve levar em conta a natureza do serviço a ser contratado, conforme o artigo 10 da Lei nº 12.690/2012, que admite a prestação de qualquer gênero de serviço por cooperativas, desde que previsto em seu objeto social.

A Lei nº 12.349/2010 inverteu a lógica anterior, impedindo a exclusão de cooperativas de certames. O artigo 10, § 2º, da Lei nº 12.690/2012 estabelece que "A Cooperativa de Trabalho não poderá ser impedida de participar de procedimentos de licitação pública que tenham por escopo os mesmos serviços, operações e atividades previstas em seu objeto social."

A preocupação do ente público deve ser com a idoneidade da cooperativa, certificando-se da regularidade dessas sociedades e da relação mantida com seus cooperados, além de exigir a prestação do serviço de forma coordenada. O modelo de gestão operacional deve atender todos os critérios propostos na norma, evitando a subordinação entre cooperativa e cooperados.

A vedação da participação de sociedades cooperativas em processos licitatórios é completamente descabida, desobedecendo a Leis Federais e normas constitucionais. O argumento utilizado para limitar a participação das cooperativas baseia-se em acordos anteriores à publicação da Lei nº 12.690/2012, que regulamenta a atuação das sociedades cooperativas de trabalho.

A Lei nº 12.690/2012 define as cooperativas de trabalho como sociedades constituídas por trabalhadores para o exercício de suas atividades laborativas ou profissionais com proveito comum, autonomia e autogestão, visando melhor qualificação, renda, situação socioeconômica e condições gerais de trabalho. Portanto, a exclusão de cooperativas é ilegal e não condiz com a atual legislação.

VI. NECESSIDADE DE MEDIDA CAUTELAR.

As deficiências mencionadas, amparadas em indícios robustos de irregularidades, têm o potencial de resultar na nulidade do certame. Portanto, resta clara a presença da probabilidade de direito e do risco de ilícitos no caso, sendo essencial a intervenção breve do Tribunal para evitar a realização da sessão do Pregão nº 90040/2024, agendada para o dia 17/09/2024.

O perigo da demora reside na iminência da realização da sessão do pregão, cuja continuidade pode acarretar dispêndios desnecessários tanto para a Administração quanto para os interessados, considerando que sua validade e eficácia estão em questão.

Assim, presentes os requisitos para a concessão de medida cautelar, torna-se imprescindível ordenar cautelarmente a suspensão do procedimento.

VII. DOS REQUERIMENTOS

Com base no exposto, solicito que a presente IMPUGNAÇÃO seja julgada procedente, com os seguintes efeitos:

- A. Solicita-se inicialmente o deferimento de medida cautelar em caráter liminar.
- B. Requer-se o recebimento da presente IMPUGNAÇÃO AO EDITAL, julgando-a procedente.
- C. Solicita-se a suspensão do certame para retificação do edital mencionado, seguida de sua republicação e reabertura de todos os prazos, conforme estabelecido pelo artigo 55, §1º da Lei 14.133/21. Propõe-se que a liberação de participação de cooperativa no presente processo licitatório, conforme os argumentos apresentados nesta impugnação.
- D. Fica ciente de que, independentemente do envio desta impugnação pelo Pregoeiro ao Ministério Público, será encaminhada cópia ao MP, MPE, TCM, TCU e CGU.
- E. Caso o entendimento do Sr. Pregoeiro não seja favorável, a presente impugnação seja encaminhada à apreciação da autoridade hierarquicamente superior, para os devidos fins legais, com a ressalva ao impugnante do direito de utilizar as prerrogativas conforme o Art. 169, II da Lei 14.133/21.

Vitória da Conquista- BA, 5 de setembro de 2024

Atenciosamente,

CTES- COOPERATIVA DE TRABALHO ESPECIALIZADA EM SERVIÇO
CNPJ: 23.641.510/0001-43
Maiane Moreira Cardoso Portela
Presidente Administrativa.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

DESPACHO - PRE/DG/SGA/NUP

À ASSESD,

Juntamos através dos documentos 3014323 e 3014348 pedidos de impugnação ao edital 90040/2024, apresentados respectivamente pelo CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DA BAHIA (CRA-BA) e pela COOPERATIVA DE TRABALHO ESPECIALIZADA EM SERVIÇO.

Em suas razões o CRA-BA pugna que o edital seja alterado para fazer constar as seguintes exigências:

- *Registro da licitante no Conselho Regional de Administração da Bahia (CRA-BA) ou Registro Secundário, caso a licitante vencedora do certame seja sediada fora do Estado da Bahia;*
- *Capacidade técnico-profissional: Comprovação da licitante possuir, em seu quadro permanente, como empregado, como autônomo, como sócio ou como procurador, um profissional de nível superior detentor de certidão de acervo técnico - CAT registrado no CRA, dentro da validade e compatível com o objeto licitado;*
- *Capacidade técnico-operacional: Apresentação de, no mínimo, 1 (um) atestado de aptidão da Empresa licitante, acompanhado da certidão de registro, na validade exigida pelo Conselho Federal de Administração, para execução de serviços compatíveis com o objeto desta licitação, em características, quantidades e prazos que permitam o ajuizamento da capacidade de atendimento, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no Conselho Regional de Administração - CRA/BA e visado pelo seu Responsável Técnico. Caso a licitante seja sediada fora do Estado da Bahia, deverá apresentar seu atestado de aptidão registrado no CRA do seu Estado de origem.*

A CTES, por sua vez, questiona o item 2.7.k., que veda a participação no certame de cooperativas de mão de obra, nos termos do Acordo Judicial entre MPT e AGU constante do Anexo VI do Edital.

Considerando que os questionamentos recaem sobre itens adotados no modelo padrão de edital do TRE-BA, encaminhamos os presentes sugerindo envio à ASJUR1 para apreciação.

Ressaltamos que a sessão pública para abertura do pregão está agendada para o dia 17/09/2024, às 15h00min.



Documento assinado eletronicamente por **Raul Almeida da Paz, Chefe de Seção**, em 10/09/2024, às 18:30, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.trbajus.br/autenticar> informando o código verificador **3014400** e o código CRC **A5DCF428**.

0012967-52.2024.6.05.8000

3014400v14



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

DESPACHO - PRE/DG/ASSED

Considerando as impugnações apresentadas ao edital do Pregão Eletrônico n.º 90040/2024, documento n.º 3014323 e 3014348, encaminhe-se à ASJUR1, para pronunciamento.

RAIMUNDO VIEIRA

Diretor-Geral



Documento assinado eletronicamente por **Raimundo de Campos Vieira, Diretor Geral**, em 11/09/2024, às 15:46, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **3016311** e o código CRC **5DB5348C**.

0012967-52.2024.6.05.8000

3016311v2



PROCESSO : 0012967-52.2024.6.05.8000
INTERESSADO : CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DA BAHIA (CRA-BA) e COOPERATIVA DE TRABALHO ESPECIALIZADA EM SERVIÇO (CTES)
ASSUNTO : Impugnação. Pregão 90040/2024.

PARECER nº 507 / 2024 - PRE/DG/ASJUR1

1. Chegam os autos a esta Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos para apreciação das impugnações ao Edital do Pregão Eletrônico 90040/2024 (doc. nº 2995980), formuladas pelo CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DA BAHIA (CRA-BA) e pela COOPERATIVA DE TRABALHO ESPECIALIZADA EM SERVIÇO (CTES).

2. Por meio do doc. nº 3014323, o CRA-BA requer a retificação do edital, para que o ato convocatório passe a exigir, pelas suas palavras:

"1. Registro da licitante no Conselho Regional de Administração da Bahia (CRA-BA) ou Registro Secundário, caso a licitante vencedora do certame seja sediada fora do Estado da Bahia;

2. Capacidade técnico-profissional: Comprovação da licitante possuir, em seu quadro permanente, como empregado, como autônomo, como sócio ou como procurador, um profissional de nível superior detentor de certidão de acervo técnico - CAT registrado no CRA, dentro da validade e compatível com o objeto licitado;

3. Capacidade técnico-operacional: Apresentação de, no mínimo, 1 (um) atestado de aptidão da Empresa licitante, acompanhado da certidão de registro, na validade exigida pelo Conselho Federal de Administração, para execução de serviços compatíveis com o objeto desta licitação, em características, quantidades e prazos que permitam o ajuizamento da capacidade de atendimento, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no Conselho Regional de Administração - CRA/BA e visado pelo seu Responsável Técnico. Caso a licitante seja sediada fora do Estado da Bahia, deverá apresentar seu atestado de aptidão registrado no CRA do seu Estado de origem."

2.1. Para tanto, alega, em síntese, que os serviços alvo da licitação destinam-se a empresas que exercem *"atividades nas áreas de Administração Financeira, Recrutamento, seleção e Administração de Pessoal"*, envolvendo, assim, a *"gestão de recursos humanos, área de conhecimento específico da ciência da Administração"* e, nesta linha, estariam obrigadas ao registro cadastral no CRA-BA, bem como à supervisão de um Responsável Técnico, Administrador, igualmente registrado, nos termos previstos nas Leis de nºs. 4769/65 e 6839/80.

2.2. Apresenta, neste sentido, decisão do Conselho Federal de Administração (Acórdão nº 03/2011), ao tempo em que reproduz trechos da Lei nº 14133/2021 (artigo 67, I, II, III e IV), que trata da *documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional* das empresas.

3. Já a COOPERATIVA DE TRABALHO ESPECIALIZADA EM SERVIÇO (CTES), no doc. nº 3014348, ataca a condição 2.7, "k" do edital, que veda a participação de cooperativas na licitação. Sustenta que a proibição é uma ilegalidade, *"passível de nulidade"* e que *"compromete a lisura e isonomia do certame"*.

3.1. Discorre sobre a Lei nº 12690/2012, bem como acerca de decisões de Tribunais, no intuito de demonstrar, em síntese, que as cooperativas constituem, em verdade, uma *"sociedade de trabalhadores unidos para exercer atividades laborativas coletivamente"*, bem como da reconhecida inexistência de vínculo de subordinação entre seus membros. Afirma, ainda, que *"as cooperativas de trabalho não devem ser vistas apenas como fornecedoras de mão de obra, mas como sociedades de pessoas unidas para alcançar objetivos comuns, conforme estabelecido pelas leis 12.690/2012, 5.764/1970 e o Código Civil"*.

3.2. Segue, ora mencionando a Lei nº 12690/2012, ora a Constituição Federal e, ainda, a nova lei de licitações e contratos (Lei nº 14133/2021). De modo geral, tais citações apenas reforçam as ideias acima destacadas, razão pela qual julgamos desnecessário se fazer fiel reprodução. Requer, por fim, a suspensão da licitação, com posterior retificação, republicação e reabertura de prazos.

4. O Pregoeiro limitou-se a afirmar que *"os questionamentos recaem sobre itens adotados no modelo padrão de edital do TRE-BA"* e sugeriu a nossa oitiva (doc. nº 3014400).

É o Relatório.

5. Inicialmente, compete destacar a tempestividade das impugnações atravessadas, uma vez que a abertura do procedimento está agendada para o dia 17.09.2024 e as petições foram protocolizadas com obediência ao prazo legal de antecedência (condição 18.1 do edital).

6. Passando ao exame do mérito, no que tange à Impugnação apresentada pelo CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DA BAHIA (CRA-BA), cumpre observar que a discussão acerca da exigência de registro no CRA, em licitações desta natureza, não é algo novo. Tanto assim, que o TCU, ao longo dos anos, decidiu reiteradamente, pela **improcedência da exigência**, vez que a atividade-fim de tais empresas não se relaciona diretamente com ações de administração. Neste sentido, podemos citar: Acórdão 1.449/2003 - Plenário; Acórdão 116/2006 - Plenário; Acórdão 1264/2006 - Plenário; Acórdão 2.475/2007 - Plenário; Acórdão 1841/2011 - Plenário; Acórdão 4608/2015 - 1ª Câmara.

6.1. Além do TCU, os Tribunais já caminharam na mesma direção. É o que se vê, por exemplo, na AC 008214-16.2007.4.05.8000 AL- TRF 5ª Região:

EMENTA

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. EMPRESA DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO. OBRIGATORIEDADE DE INSCRIÇÃO NO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (CRA). INEXISTÊNCIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

1. É pacífica a jurisprudência dos tribunais pátrios no sentido de que é a atividade principal da empresa, segundo expresso no contrato social, que define em qual conselho profissional deve ser inscrita, para fins de fiscalização e controle.

2. Empresa voltada para prestação de serviço de limpeza, conservação e outros correlatos presta serviço comum, em cuja atividade-fim não se compreendem os atos privativos do profissional de Administração, não estando obrigada, pois, ao registro no Conselho Regional de Administração (CRA) (grifo nosso).

3. Fixação dos honorários advocatícios no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, a qual foi atribuído o valor de R\$ 1000,00 (mil reais), em consonância com o disposto no [§ 4º](#), do art. 20 do CPC, pelo que devem assim ser mantidos.

4. Apelação e remessa oficial improvidas.

6.2. Não temos conhecimento de recentes enfrentamentos do tema, notadamente quando as licitações já ocorrem sob a égide da Lei nº 14133/2021. Todavia, não nos parece que, com o advento da nova lei, tal posicionamento sofra ou tenha sofrido alguma mudança. Aliás, na antiga lei (Lei nº 8.666/93) já constava, no quesito *qualificação*, a exigência de "*registro ou inscrição na entidade profissional competente*" (art. 30, I), tal qual se apresenta na Lei nº 14133/2021 (art. 67, V).

7. Quanto à Impugnação da CTES, de modo semelhante, não envolve tema inédito, para o qual, porém, de modo mais recente, se reafirmou a manutenção do Termo de Conciliação firmado entre a AGU e o MPT, divulgando-se, inclusive, específica orientação à Administração Pública¹, nos seguintes termos:

"A Secretaria de Gestão e Inovação torna público, para amplo conhecimento dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais (Sisg), o Parecer n. 00002/2023/DECOR/CGU/AGU do Departamento de Coordenação e Orientação de Órgãos Jurídicos da Consultoria Geral da União, da Advocacia Geral da União (DECOR/CGU/AGU), em que **ratifica a manutenção dos critérios estabelecidos no Termo de Conciliação firmado entre a AGU e o MPT nos autos da Ação Civil Pública nº 01082-2002-020-10-00-0, para a participação de sociedades cooperativas nas licitações para contratação de serviços continuados, com dedicação exclusiva de mão de obra, sob a égide da Nova Lei de Licitações e Contratos, a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, conforme Ementa abaixo:

EMENTA: LICITAÇÕES E CONTRATOS. SOCIEDADES COOPERATIVAS. POSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÕES. TERCEIRIZAÇÃO. CONTRATAÇÃO DE COOPERATIVAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA. ALTERAÇÃO LEGISLATIVA. SUPERVENIÊNCIA DA LEI N. 14.133/2021. EXISTÊNCIA DE TERMO DE CONCILIAÇÃO JUDICIAL NOS AUTOS DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA TRABALHISTA. ANÁLISE SOBRE A NECESSIDADE DE REVISÃO/REVOGAÇÃO DOTERMO DE CONCILIAÇÃO.

I - O art. 16 da Lei nº 14.133/2021 deve ser interpretado sistematicamente, e acordo com o arcabouço jurídico que envolve a matéria das Cooperativas, não prejudicando a validade do Termo de Conciliação firmado entre o Ministério Público do Trabalho - MPT e a Advocacia Geral da União - AGU.

II - Mesmo para as licitações sob a égide da Lei nº 14.133/2021, legítimo o entendimento de que **a União deve se abster de celebrar contratos administrativos com cooperativas de trabalho nas hipóteses em que a execução dos serviços terceirizados, por sua própria natureza, demande vínculo de emprego dos trabalhadores em relação à contratada.**" (grifo nosso)

7.1. Sendo assim, à vista das características e descrição dos serviços objeto do Pregão Eletrônico 90040/2024, que nitidamente requer a subordinação e vínculo dos profissionais que aqui serão alocados, mantemos o posicionamento pela vedação das cooperativas no certame. Reforçando o nosso entendimento e para não deixar dúvidas neste aspecto, o tópico 9, do Termo de Referência (Anexo I do edital), dentre outras coisas, diz:

"9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

(...)

u) **Manter vínculo empregatício formal e expresso com os seus empregados**, sendo responsável pelo pagamento de salários e todas as demais vantagens, recolhimento de todos os encargos sociais e trabalhistas, fiscais e parafiscais, emolumentos, além de seguros e indenizações, conforme a natureza jurídica da Contratada, incidentes sobre o objeto do Contrato, ficando ressalvado que a inadimplência da Contratada para com estes encargos não irá transferir à Contratante a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato, e poderá ensejar a rescisão do Contrato, caso a Contratada, uma vez notificada para regularizar as pendências, permaneça inadimplente;" (grifo atual)

8. Ante todo exposto, opinamos pelo indeferimento das Impugnações apresentadas pelo CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DA BAHIA (CRA-BA) e pela COOPERATIVA DE TRABALHO ESPECIALIZADA EM SERVIÇO (CTES) (docs. nºs. 3014323 e 3014348), mantendo-se, por consequência, o Edital do Pregão Eletrônico 90040/2024 (doc. nº2995980) na forma como originalmente publicado.

É o parecer, *sub censura*.

À ASSESD.

em: <https://www.gov.br/compras/pt-br/aceso-a-informacao/comunicados/2023/no-04-2023-participacao-de-sociedades-cooperativas-nas-licitacoes-para-contratacao-de-servicos-continuados-com-dedicacao-exclusiva-de-mao-de-obra>.



Documento assinado eletronicamente por **Silene Mascarenhas de Souza, Assessor Jurídico**, em 13/09/2024, às 08:14, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **3018985** e o código CRC **3BC6950B**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

PROCESSO : 0012967-52.2024.6.05.8000
INTERESSADO : @interessados_quebra_linha_maiusculas@
ASSUNTO :

DECISÃO nº 3020679 / 2024 - PRE/DG/ASSED

1. Tramitam os autos para apreciação de impugnações ao edital do Pregão Eletrônico n.º 90040/2024, formuladas pelo CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DA BAHIA (CRA-BA) e pela COOPERATIVA DE TRABALHO ESPECIALIZADA EM SERVIÇO (CTES), documento n.ºs 3014323 e 3014348.
2. O pregoeiro submeteu à apreciação, conforme documento n.º 3014400.
3. Instada, a Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos - ASJUR1, ao enfrentar a matéria, pronunciou-se conforme Parecer n.º 507, documento n.º 3018985, pelo indeferimento das impugnações, nos termos a seguir indicados:

(...)

5. Inicialmente, compete destacar a tempestividade das impugnações atravessadas, uma vez que a abertura do procedimento está agendada para o dia 17.09.2024 e as petições foram protocolizadas com obediência ao prazo legal de antecedência (condição 18.1 do edital).

6. Passando ao exame do mérito, no que tange à Impugnação apresentada pelo CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DA BAHIA (CRA-BA), cumpre observar que a discussão acerca da exigência de registro no CRA, em licitações desta natureza, não é algo novo. Tanto assim, que o TCU, ao longo dos anos, decidiu reiteradamente, pela improcedência da exigência, vez que a atividade-fim de tais empresas não se relaciona diretamente com ações de administração. Neste sentido, podemos citar: Acórdão 1.449/2003 - Plenário; Acórdão 116/2006 - Plenário; Acórdão 1264/2006 - Plenário; Acórdão 2.475/2007 - Plenário; Acórdão 1841/2011 - Plenário; Acórdão 4608/2015 - 1ª Câmara.

6.1. Além do TCU, os Tribunais já caminharam na mesma direção. É o que se vê, por exemplo, na AC 008214-16.2007.4.05.8000 AL- TRF 5ª Região:

EMENTA

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. EMPRESA DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO. OBRIGATORIEDADE DE INSCRIÇÃO NO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (CRA). INEXISTÊNCIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

1. É pacífica a jurisprudência dos tribunais pátrios no sentido de que é a atividade principal da empresa, segundo expresso no

contrato social, que define em qual conselho profissional deve ser inscrita, para fins de fiscalização e controle.

2. Empresa voltada para prestação de serviço de limpeza, conservação e outros correlatos presta serviço comum, em cuja atividade-fim não se compreendem os atos privativos do profissional de Administração, não estando obrigada, pois, ao registro no Conselho Regional de Administração (CRA) (grifo nosso).

3. Fixação dos honorários advocatícios no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, a qual foi atribuído o valor de R\$ 1000,00 (mil reais), em consonância com o disposto no § 4º, do art. 20 do CPC, pelo que devem assim ser mantidos.

4. Apelação e remessa oficial improvidas.

6.2. Não temos conhecimento de recentes enfrentamentos do tema, notadamente quando as licitações já ocorrem sob a égide da Lei nº 14133/2021. Todavia, não nos parece que, com o advento da nova lei, tal posicionamento sofra ou tenha sofrido alguma mudança. Alias, na antiga lei (Lei nº 8.666/93) já constava, no quesito qualificação, a exigência de "registro ou inscrição na entidade profissional competente" (art. 30, I), tal qual se apresenta na Lei nº 14133/2021 (art. 67, V).

7. Quanto à Impugnação da CTES, de modo semelhante, não envolve tema inédito, para o qual, porém, de modo mais recente, se reafirmou a manutenção do Termo de Conciliação firmado entre a AGU e o MPT, divulgando-se, inclusive, específica orientação à Administração Pública¹, nos seguintes termos:

"A Secretaria de Gestão e Inovação torna público, para amplo conhecimento dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais (Sisg), o Parecer n. 00002/2023/DECOR/CGU/AGU do Departamento de Coordenação e Orientação de Órgãos Jurídicos da Consultoria Geral da União, da Advocacia Geral da União (DECOR/CGU/AGU), em que ratifica a manutenção dos critérios estabelecidos no Termo de Conciliação firmado entre a AGU e o MPT nos autos da Ação Civil Pública nº 01082-2002-020-10-00-0, para a participação de sociedades cooperativas nas licitações para contratação de serviços continuados, com dedicação exclusiva de mão de obra, sob a égide da Nova Lei de Licitações e Contratos, a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, conforme Ementa abaixo:

EMENTA: LICITAÇÕES E CONTRATOS. SOCIEDADES COOPERATIVAS. POSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÕES. TERCEIRIZAÇÃO. CONTRATAÇÃO DE COOPERATIVAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA. ALTERAÇÃO LEGISLATIVA. SUPERVENIÊNCIA DA LEI N. 14.133/2021. EXISTÊNCIA DE TERMO DE CONCILIAÇÃO JUDICIAL NOS AUTOS DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA TRABALHISTA. ANÁLISE SOBRE A NECESSIDADE DE REVISÃO/REVOGAÇÃO DO TERMO DE CONCILIAÇÃO.

I - O art. 16 da Lei nº 14.133/2021 deve ser interpretado sistematicamente, e acordo com o arcabouço jurídico que envolve a matéria das Cooperativas, não prejudicando a validade do Termo de Conciliação firmado entre o Ministério Público do Trabalho - MPT e a Advocacia Geral da União - AGU.

II - Mesmo para as licitações sob a égide da Lei nº 14.133/2021, legítimo o entendimento de que a União deve se abster de celebrar contratos administrativos com cooperativas

de trabalho nas hipóteses em que a execução dos serviços terceirizados, por sua própria natureza, demande vínculo de emprego dos trabalhadores em relação à contratada." (grifo nosso)

7.1. Sendo assim, à vista das características e descrição dos serviços objeto do Pregão Eletrônico 90040/2024, que nitidamente requer a subordinação e vínculo dos profissionais que aqui serão alocados, mantemos o posicionamento pela vedação das cooperativas no certame. Reforçando o nosso entendimento e para não deixar dúvidas neste aspecto, o tópico 9, do Termo de Referência (Anexo I do edital), dentre outras coisas, diz:

"9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

(...)

u) Manter vínculo empregatício formal e expresso com os seus empregados, sendo responsável pelo pagamento de salários e todas as demais vantagens, recolhimento de todos os encargos sociais e trabalhistas, fiscais e parafiscais, emolumentos, além de seguros e indenizações, conforme a natureza jurídica da Contratada, incidentes sobre o objeto do Contrato, ficando ressalvado que a inadimplência da Contratada para com estes encargos não irá transferir à Contratante a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato, e poderá ensejar a rescisão do Contrato, caso a Contratada, uma vez notificada para regularizar as pendências, permaneça inadimplente;" (grifo atual)

8. Ante todo exposto, opinamos pelo indeferimento das Impugnações apresentadas pelo CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DA BAHIA (CRA-BA) e pela COOPERATIVA DE TRABALHO ESPECIALIZADA EM SERVIÇO (CTES) (docs. nºs. 3014323 e 3014348), mantendo-se, por consequência, o Edital do Pregão Eletrônico 90040/2024 (doc. nº 2995980) na forma como originalmente publicado.

É o parecer, sub censura.

À ASSESD.

(...)

4. Deste modo, lastreado no parecer ASJUR1 n.º 507, cujos fundamentos adoto e que passa a integrar a presente decisão, e com base nas atribuições constantes do art. 143, VII, da Resolução Administrativa n.º 27/2024, conheço das impugnações apresentadas pelo CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DA BAHIA (CRA-BA) e pela COOPERATIVA DE TRABALHO ESPECIALIZADA EM SERVIÇO (CTES), documentos n.ºs 3014323 e 3014348, e, no mérito, **julgo as mesmas improcedentes**, pelas razões defendidas pela unidade consultiva que, em síntese, demonstram, *in casu*, a improcedência da exigência de registro da empresa no CRA e a impossibilidade de participação de cooperativas de trabalho na licitação.

5. Por conseguinte, mantenho o Edital do Pregão Eletrônico 90040/2024 e determino o prosseguimento da licitação.

6. Encaminhe-se ao Núcleo de Pregoeiros (NUP), para as providências devidas, inclusive notificar as impugnantes da decisão proferida.

RAIMUNDO VIEIRA

Diretor-Geral



Documento assinado eletronicamente por **Raimundo de Campos Vieira, Diretor Geral**, em 13/09/2024, às 11:34, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.trbajus.br/autenticar> informando o código verificador **3020679** e o código CRC **6B354F41**.

0012967-52.2024.6.05.8000

3020679v11

Data de Envio:

14/09/2024 10:36:43

De:

TRE-BA/Núcleo de Pregoeiros <nup@tre-ba.jus.br>

Para:

fiscal1@cra-ba.org.br

rpaz@tre-ba.jus.br

Assunto:

Impugnação ao Edital TRE-BA 90040/2024: decisão

Mensagem:

Ao Conselho Regional de Administração da Bahia,

Notificamos esse conselho para que tome ciência da decisão prolatada pelo Diretor Geral do TRE-BA nos autos do processo administrativo 0012967-52.2024.6.05.8000, referente à impugnação apresentada ao Edital 90040/2024, cuja cópia segue anexa.

Atenciosamente,

Raul Almeida da Paz
Pregoeiro

Anexos:

DECISAO_3020679.pdf

IMPUGNACAO_3014323_CRA_BA.pdf

PARECER_3018985.pdf

Data de Envio:

14/09/2024 10:43:47

De:

TRE-BA/Núcleo de Pregoeiros <nup@tre-ba.jus.br>

Para:

rpaz@tre-ba.jus.br
licitacao2@ctes.coop.br

Assunto:

Impugnação ao Edital TRE-BA 90040/2024: decisão

Mensagem:

À CTES COOPERATIVA DE TRABALHO ESPECIALIZADA EM SERVIÇO,

Notificamos essa cooperativa para que tome ciência da decisão prolatada pelo Diretor Geral do TRE-BA nos autos do processo administrativo 0012967-52.2024.6.05.8000, referente à impugnação apresentada ao Edital 90040/2024, cuja cópia segue anexa.

Atenciosamente,

Raul Almeida da Paz
Pregoeiro

Anexos:

IMPUGNACAO_3014348_IMPUGNACAO_CTES.pdf
PARECER_3018985.pdf
DECISAO_3020679.pdf

Assunto Re: Duvida Licitação 90040/2024

De Raul Almeida da Paz <091315270515@tre-ba.jus.br>

Para Natasha | Bernardo Consultoria <adm@bernardoconsultoria.com.br>

Cc rpaz <rpaz@tre-ba.jus.br>

Data terça-feira 10 de setembro de 2024 15:56:17

Prezada licitante,

O documento da proposta será anexado na fase de julgamento quando o pregoeiro solicitar da empresa vencedora.

Atenciosamente,

Raul Almeida da Paz

Pregoeiro

Este e-mail e quaisquer arquivos transmitidos com ele são confidenciais e destinam-se exclusivamente ao uso da pessoa ou entidade a quem endereçados.

Esta mensagem contém informações confidenciais e destina-se apenas ao indivíduo nomeado.

Se você não é o destinatário nomeado, não deve divulgar, distribuir ou copiar este e-mail.

No caso de engano no envio do e-mail, exclua-o imediatamente do seu sistema e notifique o remetente.

Se você não for o destinatário pretendido, será notificado de que é estritamente proibido divulgar, copiar, distribuir ou tomar qualquer ação com base no conteúdo dessas informações.

De: Natasha <adm@bernardoconsultoria.com.br>

Para: rpaz <rpaz@tre-ba.jus.br>

Data: terça-feira, 3 de setembro de 2024 às 08:49 -03

Assunto: Duvida Licitação 90040/2024

Bom Dia!

Prezado Sr. Raul,

Por gentileza gostaria de tirar uma dúvida referente a licitação 90040/2024, para anexar a proposta somente será liberada no portal dia 17.09.24, porque tentemos anexar antes, mas não permite

Grata desde já

Fico no aguardo do retorno!

Atenciosamente

Assunto Re: PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90040/2024

De Raul Almeida da Paz <091315270515@tre-ba.jus.br>

Para Contato Lamil <contato@lamilservicos.com.br>, rpaz <rpaz@tre-ba.jus.br>

Data terça-feira 10 de setembro de 2024 16:00:17

Prezada licitante,

A planilha de custo referente ao PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90040/2024 pode ser obtida no seguinte endereço eletrônico:

<https://www.tre-ba.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/editais/editais-das-licitacoes-2024>

Atenciosamente,

Raul Almeida da Paz
Pregoeiro

Este e-mail e quaisquer arquivos transmitidos com ele são confidenciais e destinam-se exclusivamente ao uso da pessoa ou entidade a quem endereçados.

Esta mensagem contém informações confidenciais e destina-se apenas ao indivíduo nomeado. Se você não é o destinatário nomeado, não deve divulgar, distribuir ou copiar este e-mail. No caso de engano no envio do e-mail, exclua-o imediatamente do seu sistema e notifique o remetente.

Se você não for o destinatário pretendido, será notificado de que é estritamente proibido divulgar, copiar, distribuir ou tomar qualquer ação com base no conteúdo dessas informações.

De: Contato <contato@lamilservicos.com.br>

Para: rpaz <rpaz@tre-ba.jus.br>

Data: quarta-feira, 4 de setembro de 2024 às 14:31 -03

Assunto: PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90040/2024

Boa tarde!

Prezados Senhores,

Solicitamos planilha de custo em Excel editável referente ao PREGÃO ELETRÔNICO N.º

Assunto Re: SOLICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90040/2024 – TRE/BA

De Raul Almeida da Paz <091315270515@tre-ba.jus.br>

Para licitacao@plusservices.com.br <licitacao@plusservices.com.br>, rpaz <rpaz@tre-ba.jus.br>

Data terça-feira 10 de setembro de 2024 16:03:09

Prezada licitante,

A planilha de custo referente ao PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90040/2024 pode ser obtida no seguinte endereço eletrônico:

<https://www.tre-ba.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/editais/editais-das-licitacoes-2024>

Atenciosamente,

Raul Almeida da Paz
Pregoeiro

Este e-mail e quaisquer arquivos transmitidos com ele são confidenciais e destinam-se exclusivamente ao uso da pessoa ou entidade a quem endereçados.

Esta mensagem contém informações confidenciais e destina-se apenas ao indivíduo nomeado. Se você não é o destinatário nomeado, não deve divulgar, distribuir ou copiar este e-mail. No caso de engano no envio do e-mail, exclua-o imediatamente do seu sistema e notifique o remetente.

Se você não for o destinatário pretendido, será notificado de que é estritamente proibido divulgar, copiar, distribuir ou tomar qualquer ação com base no conteúdo dessas informações.

De: licitacao <licitacao@plusservices.com.br>

Para: rpaz <rpaz@tre-ba.jus.br>

Data: sábado, 7 de setembro de 2024 às 04:32 -03

Assunto: SOLICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90040/2024 – TRE/BA

Senhoras/Senhores, bom dia/boa tarde.

Venho solicitar o obséquio, se possível, de me enviar as planilhas de custos e formação do preço em formato excel referentes ao PREGÃO ELETRÔNICO Nº PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90040/2024 – TRE /BA.

Antecipadamente agradeço.



Assunto Re: PEDIDO DE ESCLARECIMENTO UASG 70013 - PE 90040/2024

De Raul Almeida da Paz <091315270515@tre-ba.jus.br>

Para Comercial67 AGIL LTDA <comercial67@gruposs.net>, rpaz <rpaz@tre-ba.jus.br>

Data terça-feira 10 de setembro de 2024 19:06:24

Prezada licitante,

Seguem os esclarecimentos solicitados:

1. a) Apenas do licitante vencedor;

1.b) Deverá utilizar o padrão do contratante.

A planilha de custo referente ao PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90040/2024 pode ser obtida no seguinte endereço eletrônico:

<https://www.tre-ba.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/editais/editais-das-licitacoes-2024>

1.c). Nesse caso a licitante deverá zerar o campo correspondente;

1.d) Poderá ser aplicado o percentual de provisão de acordo com a experiência/estratégia/peculiaridade da empresa;

1.e) As informações sobre o preenchimento da planilha de preços constam na Seção X do Edital;

2. Sim;

3. Os materiais a serem fornecidos constam no Anexo I do edital 90040/2024;

3.1 Os materiais a serem fornecidos constam no Anexo I do edital 90040/2024;

3.2 Os materiais a serem fornecidos constam no Anexo I do edital 90040/2024;

3.3 Os materiais a serem fornecidos constam no Anexo I do edital 90040/2024;

4. Sim;

5. As informações sobre o preenchimento da planilha de preços constam na Seção X do Edital;

6. R\$ 5,20;

7. As informações referentes à habilitação constam na Seção XII do Edital;

8. Não;

9. Sim;

10. A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, O VALOR TOTAL PARA A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO CONSIDERANDO OS 24 (VINTE E QUATRO) MESES DA CONTRATAÇÃO, já inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.

11. A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, O VALOR TOTAL PARA A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO CONSIDERANDO OS 24 (VINTE E QUATRO) MESES DA CONTRATAÇÃO, já inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.

12. A informação consta no Anexo I do edital 90040/2024;

13. A informação consta no Anexo I do edital 90040/2024;

14. A informação consta no Anexo I do edital 90040/2024;

15. Sim;

16. O rol das empresas vedadas a participarem do certame consta no item 2.7. do edital;

Atenciosamente,

Raul Almeida da Paz
Pregoeiro

Este e-mail e quaisquer arquivos transmitidos com ele são confidenciais e destinam-se exclusivamente ao uso da pessoa ou entidade a quem endereçados.

Esta mensagem contém informações confidenciais e destina-se apenas ao indivíduo nomeado.

Se você não é o destinatário nomeado, não deve divulgar, distribuir ou copiar este e-mail.

No caso de engano no envio do e-mail, exclua-o imediatamente do seu sistema e notifique o remetente.

Se você não for o destinatário pretendido, será notificado de que é estritamente proibido divulgar, copiar, distribuir ou tomar qualquer ação com base no conteúdo dessas informações.

De: Comercial67 <comercial67@gruposs.net>

Para: rpaz <rpaz@tre-ba.jus.br>

Data: quarta-feira, 4 de setembro de 2024 às 16:34 -03

Assunto: PEDIDO DE ESCLARECIMENTO UASG 70013 - PE 90040/2024

Prezados (as), Boa tarde.

Segue abaixo pedido de esclarecimentos referente ao processo licitatório em epígrafe.

1. Alusivo a planilha de custos:

- a) será solicitado apenas pelo licitante vencedor? Ou deverá ser apresentado por todos?
 - b) A licitante poderá utilizar seu padrão de planilha de custos? Ou deverá utilizar o padrão do contratante? Caso deva utilizar o padrão do contratante, poderiam nos encaminhar planilha em formato excel?
 - c) os itens uniformes e epis e transporte, o licitante poderá apenas declarar em sua planilha que irá utilizar os de sua propriedade, isentando a Contratante de tal custo?
 - d) os itens variáveis, tais como, licença maternidade/paternidade, faltas legais, aviso prévio, etc, poderá ser aplicado o percentual de provisão de acordo com a experiência/estratégia/peculiaridade da empresa? ou a administração tem algum percentual mínimo para aferir como exequível a planilha de custos?
 - e) qual salário base e benefícios deverá ser utilizado? Qual sindicato deverá ser utilizado?
- Segundo o acórdão nº 2.601/20 do Plenário do TCU, é imprópria a “exigência de que as propostas indiquem os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço, em vez de considerar o enquadramento pela atividade econômica preponderante do empregador”*

2. Os documentos de credenciamento, habilitação e proposta poderão ser assinados de forma digital conforme determina a Lei [2200-2 \(planalto.gov.br\)](http://planalto.gov.br/leis/2200-2) ?

3. Quais materiais deverão ser fornecidos?

3.1 Quais insumos deverão ser fornecidos?

3.2 Quais equipamentos deverão ser fornecidos?

3.3 Quais uniformes e EPIs deverão ser fornecidos?

4. O objeto já vem sendo executado por alguma empresa? Qual empresa? Poderá ser aproveitado a mesma mão de obra?

5. qual alíquota de ISS para o objeto?

6. qual tarifa transporte público do município?

7. Para atendimento do edital, atestado de execução de serviço de característica semelhante ao objeto, entende-se como comprovação de habilidade da licitante em gestão de mão de obra com fulcro no ACÓRDÃO 553/2016 do PLENÁRIO, correto? Abaixo acórdão.

“1.7.1. nos certames para contratar serviços terceirizados, em regra, os atestados de capacidade técnica devem comprovar a habilidade da licitante em gestão de mão de obra, e não a aptidão relativa à atividade a ser contratada”

Conforme Súmula nº30 – TCE-SP, em procedimento licitatório, para aferição da capacitação técnica poderão ser exigidos atestados de execução de obras e/ou serviços de forma genérica, vedado o estabelecimento de apresentação de prova de experiência anterior em atividade específica, como realização de rodovias, edificação de presídios, de escolas, de hospitais, e outros itens”

8. deverá ser provisionado insalubridade? Qual grau?

9. Considerando que os dias úteis do mês podem variar de 18 a 22 dias, conforme feriados, pontos facultativos e folgas, a empresa poderá utilizar média de 20 dias úteis para calcular provisão de alimentação e transporte?

10. lance será por valor unitário? Mensal? Ou anual?

11. lance será por item ou para todos os itens?

12. Qual quantidade de mão de obra por cargo?

13. Qual horário de trabalho diário, semanal e mensal por cargo?

14. o intervalo para almoço deverá ser indenizado ou será usufruído?

15. qual prazo para resposta diligências? Será desconsiderado horário de almoço? Será aceito dilação do prazo? Quantas vezes prazo poderá ser prorrogado?

16. Considerando que a terceirização de mão de obra caracteriza-se pela prática de atos comerciais e empresariais, os serviços de terceirização, objeto do procedimento licitatório em destaque, são incompatíveis com o universo de atuação das entidades sem finalidade lucrativa correto? Logo entidades sem fins lucrativos são vedados de participarem, correto? Esse é o entendimento dos tribunais, tais como TRF-2 - APL: 0063568932015402510.

Cordialmente;
AGIL EIRELI
(47) 3268-0355

Assunto Re: Pregão Eletrônico nº 90040/2024

De Raul Almeida da Paz <091315270515@tre-ba.jus.br>

Para Best Licitações <bestlicitacoes@gmail.com>, rpaz <rpaz@tre-ba.jus.br>

Data terça-feira 10 de setembro de 2024 19:35:55

Prezada licitante,

Seguem os esclarecimentos solicitados:

1) Correto;

2) Deverá utilizar o padrão do contratante.

A planilha de custo referente ao PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90040/2024 pode ser obtida no seguinte endereço eletrônico:

<https://www.tre-ba.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/editais/editais-das-licitacoes-2024;>

3) As informações sobre o preenchimento da planilha de preços constam na Seção X do Edital;

4) Os materiais a serem fornecidos constam no Anexo I do edital 90040/2024;

5) Sim;

6) Não;

7) Não;

8) A etapa de lances será realizada pela oferta de lances pelo valor global (valor total para os meses da vigência inicial);

9) Os serviços serão faturados e pagos à CONTRATADA mensalmente sem interrupção;

10) Os serviços serão faturados e pagos à CONTRATADA mensalmente sem interrupção;

11) As informações sobre o preenchimento da planilha de preços constam na Seção X do Edital;

12) As informações sobre o preenchimento da planilha de preços constam na Seção X do Edital;

13) Sim;

14) As informações sobre o preenchimento da planilha de preços constam na Seção X do Edital;

15) A informação consta no Anexo I do edital 90040/2024;

16) Sim;

17) Não há previsão de posto de 12x36 ou posto 24h;

18) Não se aplica.

Raul Almeida da Paz
SEMAV Pregoeiro

Este e-mail e quaisquer arquivos transmitidos com ele são confidenciais e destinam-se exclusivamente ao uso da pessoa ou entidade a quem endereçados.

Esta mensagem contém informações confidenciais e destina-se apenas ao indivíduo nomeado.

Se você não é o destinatário nomeado, não deve divulgar, distribuir ou copiar este e-mail.

No caso de engano no envio do e-mail, exclua-o imediatamente do seu sistema e notifique o remetente.

Se você não for o destinatário pretendido, será notificado de que é estritamente proibido divulgar, copiar, distribuir ou tomar qualquer ação com base no conteúdo dessas informações.

De: Best <bestlicitacoes@gmail.com>

Para: rpaz <rpaz@tre-ba.jus.br>

Data: segunda-feira, 9 de setembro de 2024 às 16:43 -03

Assunto: Pregão Eletrônico nº 90040/2024

Prezados(as),

Solicitamos esclarecimentos referente ao processo licitatório em tela.

1) Está correto nosso entendimento de que a planilha de custos e formação de preços será solicitado somente para a empresa vencedora da fase de lances?

2) Está correto nosso entendimento de que a planilha poderá ser elaborada nos moldes da empresa, respeitada as condições da Instrução Normativa MPDG nº 05/2017 e suas alterações? **Se houver modelo de planilha ou planilha estimativa, disponibilizar em formato editável contendo, preferencialmente, as fórmulas e valores.**

3) Considerando o entendimento do Acórdão TCU 369/2012, de que o sindicato/Convenção Coletiva de Trabalho indicada no edital não é de utilização obrigatória pelos licitantes, está correto nosso entendimento de que a Convenção Coletiva de Trabalho a ser utilizada deverá ser a preponderante da empresa?

4) Haverá fornecimento de materiais, utensílios, ferramentas e equipamentos sob responsabilidade da CONTRATADA? Em caso positivo:

a) Quais materiais deverão ser fornecidos pela Contratada?

b) Quais utensílios deverão ser fornecidos pela Contratada?

c) Quais ferramentas deverão ser fornecidas pela Contratada?

d) Quais equipamentos deverão ser fornecidos pela Contratada?

5) Este serviço já está (ou estava) sendo prestado por empresa terceirizada? Em caso positivo, qual é (era) a razão social da prestadora de serviços? Ressaltamos que a resposta deste esclarecimento está relacionada tanto o caráter social de um futuro aproveitamento da mão de obra terceirizada quanto nos custos de investimentos para mobilização operacional e expertise da futura contratada na implantação do primeiro contrato terceirizado do serviço licitado.

6) Deverá ser provisionado adicional de insalubridade? Em caso positivo, quais funções e quantidades de postos que deverão receber?

7) Deverá ser provisionado adicional de periculosidade? Em caso positivo, quais funções e quantidades de postos que deverão receber?

8) A etapa de lances será realizada pela oferta de lances pelo valor global (valor total para os meses da vigência inicial)? Em caso negativo, qual deverá ser o lance ofertado?

9) Caso a prestação de serviços ocorra em locais que haja recesso/férias (exemplo: recesso escolar ou recesso forense), questionamos se os serviços serão faturados e pagos à CONTRATADA mensalmente sem interrupção ou serão faturados apenas durante os meses efetivamente prestados desconsiderando o período do recesso?

10) Com base na resposta da pergunta anterior (9), como devemos proceder a execução do serviço?

11) Caso o edital forneça salário de referência para as funções, será obrigatória a utilização dos salários referenciais ou devem as licitantes respeitar a Convenção Coletiva de Trabalho preponderante a qual a empresa esteja vinculada?

12) Conforme indicação de Convenção Coletiva de Trabalho e data-base na elaboração proposta inicial, está correto nosso entendimento de que será garantido e concedido à futura Contratada a repactuação dos valores vinculados à Convenção Coletiva de Trabalho concomitantemente a promulgação de nova data-base?

13) Nosso entendimento está correto de que, balizados pelos princípios da legalidade e na garantia da ampla participação e competitividade das licitantes, os Atestados de Capacidade Técnica DEVERÃO se referir a Gestão de Mão de Obra Terceirizada que demonstre capacidade operacional para execução dos serviços?

14) O orçamento da administração foi baseado na CCT de 2024? Questionamos devido a repactuação, conforme Lei nº 14.133/2021 fixa que o termo inicial da contagem da periodicidade mínima para o reajuste é a data do orçamento estimado, podendo ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, “em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos” (art. 92, § 3º). Questionamos qual ano CCT as licitantes deverão utilizar?

15) O intervalo para repouso e alimentação deverá ser indenizado ou será usufruído? Caso haja mais de 1 (um) tipo de posto, gentileza especificar quais serão indenizados e quais serão usufruídos.

16) Solicitamos que seja garantido a publicidade e divulgação junto com o edital do ETP - Estudo Técnico Preliminar, caso não tenha sido feito junto do edital e seus anexos.

17) As quantidades informadas para cada função devem ser consideradas como o número de empregados ou o número de postos, que no caso de 12x36 exige 2 empregados e no posto 24h exige 4 empregados?

18) A administração possui LTCAT para as funções solicitadas em edital? Caso positivo, e não divulgado junto ao edital, favor disponibilizar. Caso negativo, o LTCAT deverá ser feito com custas da administração e a contratada poderá solicitar reequilíbrio caso tenha incidência de algum adicional?

ACÓRDÃO 1496/2023 - PLENÁRIO (Min. Jhonatan de Jesus)

"(...)

9.5. dar ciência ao Hospital Federal do Andaraí de que a inexistência dos laudos periciais acerca dos adicionais de insalubridade e periculosidade, elementos imprescindíveis para a composição de edital de licitação com vistas à contratação de mão de obra, está em desacordo com precedentes desta Corte, a exemplo dos Acórdão 14539/2019-TCU-Primeira Câmara e 4.972/2011-TCU-2ª Câmara;"

Att.

Best Licitações



Quadro informativo



Pregão Eletrônico N° 90040/2024 [\(Lei 14.133/2021\)](#)

UASG 70013 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Critério julgamento: **Menor Preço / Maior Desconto** Modo disputa: **Aberto/Fechado**



Contratação em período de cadastramento de proposta

Avisos (0)	Impugnações (2)	Esclarecimentos (6)
------------	-----------------	---------------------

12/09/2024 16:35



Prezados, boa tarde!



Solicitamos esclarecimentos ao Pregão Eletrônico nº 90040/2024, Objeto: Serviços terceirizados de apoio ao atendimento ao cliente, com cessão de mão de obra residente, para alocação de postos de trabalho de Atendente III, Atendente IV Libras, Telefonista, Telefonista Bilingue Libras, Auxiliar de Supervisão e Supervisor, para atuação nos serviços de atendimento ao público na Central de Atendimento ao Público CAP, no Núcleo de Atendimento Remoto ao Eleitor NAVE e na Ouvidoria do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, em Salvador/BA, sendo:

1 - É DE OBRIGATORIEDADE DA EMPRESA CONTRATADA O FORNECIMENTO DE SEGURO DE VIDA PARA OS FUNCIONÁRIOS? MESMO SE NÃO PREVISTO NA CONVENÇÃO COLETIVA OU EDITAL? QUAL O VALOR MÍNIMO PARA TAL ITEM?

2 - PARA O PRESENTE OBJETO FAZ-SE NECESSÁRIO PREPOSTO? QUEM ARCARÁ COM OS CUSTOS? - CASO NÃO PREVISTO NA PLANILHA DE CUSTOS.



Prezados licitantes,

Seguem os esclarecimentos solicitados:

1 - As informações sobre o preenchimento da planilha de preços constam na Seção X do Edital;

2 - A escolha do preposto deverá recair sobre o supervisor que estiver prestando o serviço nas dependências do Contratante.

Atenciosamente,

Raul Almeida da Paz
SEMAV

12/09/2024 16:34



Prezados(as),



Solicitamos esclarecimentos referente ao processo licitatório em tela.

1) Está correto nosso entendimento de que a planilha de custos e formação de preços será solicitado



2) Está correto nosso entendimento de que a planilha poderá ser elaborada nos moldes da empresa, respeitada as condições da Instrução Normativa MPDG nº 05/2017 e suas alterações? Se houver modelo de planilha ou planilha estimativa, disponibilizar em formato editável contendo, preferencialmente, as fórmulas e valores.

3) Considerando o entendimento do Acórdão TCU 369/2012, de que o sindicato/Convenção Coletiva de Trabalho indicada no edital não é de utilização obrigatória pelos licitantes, está correto nosso entendimento de que a Convenção Coletiva de Trabalho a ser utilizada deverá ser a preponderante da empresa?

4) Haverá fornecimento de materiais, utensílios, ferramentas e equipamentos sob responsabilidade da CONTRATADA? Em caso positivo:

a) Quais materiais deverão ser fornecidos pela Contratada?

b) Quais utensílios deverão ser fornecidos pela Contratada?

c) Quais ferramentas deverão ser fornecidas pela Contratada?

d) Quais equipamentos deverão ser fornecidos pela Contratada?

5) Este serviço já está (ou estava) sendo prestado por empresa terceirizada? Em caso positivo, qual é (era) a razão social da prestadora de serviços? Ressaltamos que a resposta deste esclarecimento está relacionada tanto o caráter social de um futuro aproveitamento da mão de obra terceirizada quanto nos custos de investimentos para mobilização operacional e expertise da futura contratada na implantação do primeiro contrato terceirizado do serviço licitado.

6) Deverá ser provisionado adicional de insalubridade? Em caso positivo, quais funções e quantidades de postos que deverão receber?

7) Deverá ser provisionado adicional de periculosidade? Em caso positivo, quais funções e quantidades de postos que deverão receber?

8) A etapa de lances será realizada pela oferta de lances pelo valor global (valor total para os meses da vigência inicial)? Em caso negativo, qual deverá ser o lance ofertado?

9) Caso a prestação de serviços ocorra em locais que haja recesso/férias (exemplo: recesso escolar ou recesso forense), questionamos se os serviços serão faturados e pagos à CONTRATADA mensalmente sem interrupção ou serão faturados apenas durante os meses efetivamente prestados desconsiderando o período do recesso?

10) Com base na resposta da pergunta anterior (9), como devemos proceder a execução do serviço?

11) Caso o edital forneça salário de referência para as funções, será obrigatória a utilização dos salários



12) Conforme indicação de Convenção Coletiva de Trabalho e data-base na elaboração proposta inicial, está correto nosso entendimento de que será garantido e concedido à futura Contratada a repactuação dos valores vinculados à Convenção Coletiva de Trabalho concomitantemente a promulgação de nova data-base?

13) Nosso entendimento está correto de que, balizados pelos princípios da legalidade e na garantia da ampla participação e competitividade das licitantes, os Atestados de Capacidade Técnica DEVERÃO se referir a Gestão de Mão de Obra Terceirizada que demonstre capacidade operacional para execução dos serviços?

14) O orçamento da administração foi baseado na CCT de 2024? Questionamos devido a repactuação, conforme Lei nº 14.133/2021 fixa que o termo inicial da contagem da periodicidade mínima para o reajuste é a data do orçamento estimado, podendo ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, "em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos" (art. 92, § 3º). Questionamos qual ano CCT as licitantes deverão utilizar?

15) O intervalo para repouso e alimentação deverá ser indenizado ou será usufruído? Caso haja mais de 1 (um) tipo de posto, gentileza especificar quais serão indenizados e quais serão usufruídos.

16) Solicitamos que seja garantido a publicidade e divulgação junto com o edital do ETP - Estudo Técnico Preliminar, caso não tenha sido feito junto do edital e seus anexos.

17) As quantidades informadas para cada função devem ser consideradas como o número de empregados ou o número de postos, que no caso de 12x36 exige 2 empregados e no posto 24h exige 4 empregados?

18) A administração possui LTCAT para as funções solicitadas em edital? Caso positivo, e não divulgado junto ao edital, favor disponibilizar. Caso negativo, o LTCAT deverá ser feito com custas da administração e a contratada poderá solicitar reequilíbrio caso tenha incidência de algum adicional?

ACÓRDÃO 1496/2023 - PLENÁRIO (Min. Jhonatan de Jesus)

"(...)

9,5, dar ciência ao Hospital Federal do Andaraí de que a inexistência dos laudos periciais acerca dos adicionais de insalubridade e periculosidade, elementos imprescindíveis para a composição de edital de licitação com vistas à contratação de mão de obra, está em desacordo com precedentes desta Corte, a exemplo dos Acórdão 14539/2019-TCU-Primeira Câmara e 4.972/2011-TCU-2ª Câmara;"



Prezada licitante,

Seguem os esclarecimentos solicitados:

1) Correto;

2) Deverá utilizar o padrão do contratante.

A planilha de custo referente ao PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90040/2024 pode ser obtida no seguinte endereço eletrônico:

<https://www.tre-ba.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/editais/editais-das-licitacoes-2024>;



4) Os materiais a serem fornecidos constam no Anexo I do edital 90040/2024;

5) Sim;

6) Não;

7) Não;

8) A etapa de lances será realizada pela oferta de lances pelo valor global (valor total para os meses da vigência inicial);

9) Os serviços serão faturados e pagos à CONTRATADA mensalmente sem interrupção;

10) Os serviços serão faturados e pagos à CONTRATADA mensalmente sem interrupção;

11) As informações sobre o preenchimento da planilha de preços constam na Seção X do Edital;

12) As informações sobre o preenchimento da planilha de preços constam na Seção X do Edital;

13) Sim;

14) As informações sobre o preenchimento da planilha de preços constam na Seção X do Edital;

15) A informação consta no Anexo I do edital 90040/2024;

16) Sim;

17) Não há previsão de posto de 12x36 ou posto 24h;

18) Não se aplica.

Raul Almeida da Paz
SEMAV Pregoeiro

12/09/2024 16:33



Segue abaixo pedido de esclarecimentos referente ao processo licitatório em epígrafe.

1. Alusivo a planilha de custos:

- a) será solicitado apenas pelo licitante vencedor? Ou deverá ser apresentado por todos?
- b) A licitante poderá utilizar seu padrão de planilha de custos? Ou deverá utilizar o padrão do contratante? Caso deva utilizar o padrão do contratante, poderiam nos encaminhar planilha em formato excel?
- c) os itens uniformes e epis e transporte, o licitante poderá apenas declarar em sua planilha que irá utilizar os de sua propriedade, isentando a Contratante de tal custo?
- d) os itens variáveis, tais como, licença maternidade/paternidade, faltas legais, aviso prévio, etc, poderá ser aplicado o percentual de provisão de acordo com a experiência/estratégia/peculiaridade da empresa? ou a administração tem algum percentual mínimo para aferir como exequível a planilha de custos?
- e) qual salário base e benefícios deverá ser utilizado? Qual sindicato deverá ser utilizado?

Segundo o acórdão nº 2.601/20 do Plenário do TCU, é imprópria a "exigência de que as propostas indiquem os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço, em vez de considerar o enquadramento pela atividade econômica preponderante do empregador"

2. Os documentos de credenciamento, habilitação e proposta poderão ser assinados de forma digital conforme determina a Lei 2200-2 (planalto.gov.br) ?

3. Quais materiais deverão ser fornecidos?

3.1 Quais insumos deverão ser fornecidos?

3.2 Quais equipamentos deverão ser fornecidos?

3.3 Quais uniformes e EPIs deverão ser fornecidos?

4. O objeto já vem sendo executado por alguma empresa? Qual empresa? Poderá ser aproveitado a mesma mão de obra?

5. qual alíquota de ISS para o objeto?

6. qual tarifa transporte público do município?

7. Para atendimento do edital, atestado de execução de serviço de característica semelhante ao objeto, entende-se como comprovação de habilidade da licitante em gestão de mão de obra com fulcro no ACÓRDÃO 553/2016 do PLENÁRIO, correto? Abaixo acórdão,

"1.7.1. nos certames para contratar serviços terceirizados, em regra, os atestados de capacidade técnica devem comprovar a habilidade da licitante em gestão de mão de obra, e não a aptidão relativa à atividade a ser contratada"

Conforme Súmula nº30 – TCE-SP, em procedimento licitatório, para aferição da capacitação técnica poderão ser exigidos atestados de execução de obras e/ou serviços de forma genérica, vedado o estabelecimento de apresentação de prova de experiência anterior em atividade específica, como realização de rodovias, edificação de presídios, de escolas, de hospitais, e outros itens"

8. deverá ser provisionado insalubridade? Qual grau?

9. Considerando que os dias úteis do mês podem variar de 18 a 22 dias, conforme feriados, pontos facultativos e folgas, a empresa poderá utilizar média de 20 dias úteis pra calcular provisão de alimentação e transporte?

10. lance será por valor unitário? Mensal? Ou anual?

11. lance será por item ou para todos os itens?

12. Qual quantidade de mão de obra por cargo?

13. Qual horário de trabalho diário, semanal e mensal por cargo?

14. o intervalo para almoço deverá ser indenizado ou será usufruído?

15. qual prazo para resposta diligências? Será desconsiderado horário de almoço? Será aceito dilação do prazo? Quantas vezes prazo poderá ser prorrogado?

16. Considerando que a terceirização de mão de obra caracteriza-se pela prática de atos comerciais e empresariais, os serviços de terceirização, objeto do procedimento licitatório em destaque, são incompatíveis com o universo de atuação das entidades sem finalidade lucrativa correto? Logo entidades sem fins lucrativos são vedados de participarem, correto? Esse é o entendimento dos tribunais, tais como TRF-2 - APL: 0063568932015402510.



Seguem os esclarecimentos solicitados:

1. a) Apenas do licitante vencedor;
- 1.b) Deverá utilizar o padrão do contratante.
A planilha de custo referente ao PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90040/2024 pode ser obtida no seguinte endereço eletrônico:
<https://www.tre-ba.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/editais/editais-das-licitacoes-2024>
- 1.c). Nesse caso a licitante deverá zerar o campo correspondente;
- 1.d) Poderá ser aplicado o percentual de provisão de acordo com a experiência/estratégia/peculiaridade da empresa;
- 1.e) As informações sobre o preenchimento da planilha de preços constam na Seção X do Edital;
2. Sim;
3. Os materiais a serem fornecidos constam no Anexo I do edital 90040/2024;
- 3.1 Os materiais a serem fornecidos constam no Anexo I do edital 90040/2024;
- 3.2 Os materiais a serem fornecidos constam no Anexo I do edital 90040/2024;
- 3.3 Os materiais a serem fornecidos constam no Anexo I do edital 90040/2024;
4. Sim;
5. As informações sobre o preenchimento da planilha de preços constam na Seção X do Edital;
6. R\$ 5,20;
7. As informações referentes à habilitação constam na Seção XII do Edital;
8. Não;
9. Sim;
10. A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, O VALOR TOTAL PARA A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO CONSIDERANDO OS 24 (VINTE E QUATRO) MESES DA CONTRATAÇÃO, já inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.
11. A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, O VALOR TOTAL PARA A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO CONSIDERANDO OS 24 (VINTE E QUATRO) MESES DA CONTRATAÇÃO, já inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.
12. A informação consta no Anexo I do edital 90040/2024;
13. A informação consta no Anexo I do edital 90040/2024;
14. A informação consta no Anexo I do edital 90040/2024;
15. Sim;
16. O rol das empresas vedadas a participarem do certame consta no item 2.7. do edital;

Atenciosamente,

Raul Almeida da Paz
Pregoeiro

12/09/2024 16:33



Senhoras/Senhores, bom dia/boa tarde.

Venho solicitar o obséquio, se possível, de me enviar as planilhas de custos e formação do preço em formato excel referentes ao PREGÃO ELETRÔNICO N.º PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90040/2024 – TRE /BA.

Antecipadamente agradeço.



Prezada licitante,

A planilha de custo referente ao PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90040/2024 pode ser obtida no seguinte endereço eletrônico:

<https://www.tre-ba.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/editais/editais-das-licitacoes-2024>

Atenciosamente,

Raul Almeida da Paz
Pregoeiro

12/09/2024 16:32





Prezados Senhores,

Solicitamos planilha de custo em Excel editável referente ao PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90040/2024.



Prezada licitante,

A planilha de custo referente ao PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90040/2024 pode ser obtida no seguinte endereço eletrônico:

<https://www.tre-ba.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/editais/editais-das-licitacoes-2024>

Atenciosamente,

Raul Almeida da Paz
Pregoeiro

12/09/2024 16:32



Bom Dia!



Prezado Sr. Raul,

Por gentileza gostaria de tirar uma dúvida referente a licitação 90040/2024, para anexar a proposta somente será liberada no portal dia 17.09.24, porque tentemos anexar antes, mas não permite

Grata desde já

Fico no aguardo do retorno!



Prezada licitante,

O documento da proposta será anexado na fase de julgamento quando o pregoeiro solicitar da empresa vencedora.

Atenciosamente,

Raul Almeida da Paz
Pregoeiro

Incluir esclarecimento





Quadro informativo



Pregão Eletrônico N° 90040/2024 [\(Lei 14.133/2021\)](#)

UASG 70013 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Critério julgamento: **Menor Preço / Maior Desconto** Modo disputa: **Aberto/Fechado**



Contratação em período de cadastramento de proposta

Avisos (0)

Impugnações (2)

Esclarecimentos (6)

14/09/2024 11:35



A CTES – COOPERATIVA DE TRABALHO ESPECIALIZADA EM SERVIÇO, inscrita no CNPJ, sob o nº 23.641.510.0001-43, com sede à Rua Brulino Santos, Nº 29, Bairro Candeias, Vitória da Conquista- BA, CEP 45.028-170, representada por sua Presidente Administrativa Srtª Maiane Moreira Cardoso Portela, Presidente Administrativa, portadora do RG sob o nº 13.660.495-19 e CPF sob o nº 041.405.185-88, com fundamento no art. 41, § 2º, da Lei – 8666/93, vem interpor a presente IMPUGNAÇÃO

Impugna os termos do edital em referência, e que faço na conformidade seguinte:

I. TEMPESTIVIDADE

A Nova Lei de Licitações e Contratos, em seu art. 164, permite que qualquer cidadão questione atos irregulares cometidos pela administração pública, conforme mencionado no item 13.1, nos seguintes termos:

Art. 164. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame,

Parágrafo único. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

Inicialmente, comprova-se a tempestividade desta impugnação, dado que a sessão pública está prevista para 17/09/2024, e a presente impugnação manifestada nesta data 05/09/2024, logo, cumprindo está o prazo pretérito de 03 (três) dias úteis previsto em lei.

II. DA IMPUGNANTE

A impugnante é sociedade cooperativa, constituída em conformidade com as prescrições da Lei Federal no. 5.764/71, Lei essa recepcionada parcialmente pela Constituição Federal de 1988 (artigos 5º, XVIII e 146, III, c e no art. 174, § 2º). Bem assim, por se tratar de uma cooperativa do ramo Trabalho está tutelada (especialmente) pela Lei 12.690/12. Como cooperativa, tem a finalidade de prestar serviços a seus associados. Serviços esses consistentes na viabilização da atividade econômica a ser desenvolvida por seus associados, no caso fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros. Deve ser ressaltado que essa prestação de serviços se dá sem qualquer finalidade de lucro, eis que todo resultado das cooperativas reverte exclusivamente a seus associados, que também são titulares das despesas da sociedade.

No desenvolvimento de suas atividades, as cooperativas podem adotar por objeto qualquer atividade, serviço ou operação, conforme prescrição expressa das Leis cooperativistas supramencionadas.

Para atingir os seus objetivos sociais, a cooperativa firma em nome de seus sócios, contratos com pessoas físicas ou jurídicas, que possam servir de instrumento para a realização da atividade profissional de seus associados.

Em função disso, a impugnante vem, não somente contratando com entes de direito privado, como também participando de licitações, buscando viabilizar a atividade profissional de seus associados a entes de direito público, sem, contudo, caracterizar relação subordinada, tendo em vista que todos os cooperados são sócios da sociedade cooperativa.

III. SÍNTESE DOS FATOS

A. DA PROIBIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS.

É sabido que o edital de licitação, elaborado na conformidade com o sistema do direito positivo, faz lei entre as partes, regendo todo o trâmite do procedimento licitatório. Contudo, o edital em questão viola de maneira flagrante os princípios legais contidos na lei 14.133/21, diploma legal que rege a matéria como demonstrado a seguir:



I - Admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:

a) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas;

A análise do edital, disponibilizado no site do tribunal, bem como de elementos já conhecidos do procedimento, indica falhas suficientes para obstar a sua continuidade, bem como capazes de acarretar sua posterior invalidez.

Ao analisar o edital do Pregão Eletrônico nº 90040/2024 cujo objeto é:

1.1. A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO CONTÍNUA DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS DE APOIO AO ATENDIMENTO AO CLIENTE, COM CESSÃO DE MÃO DE OBRA RESIDENTE, PARA ALOCAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO DE ATENDENTE III, ATENDENTE IV (LIBRAS), TELEFONISTA, TELEFONISTA BILÍNGUE (LIBRAS), AUXILIAR DE SUPERVISÃO E SUPERVISOR, PARA ATUAÇÃO NOS SERVIÇOS DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO NA CENTRAL DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO (CAP), NO NÚCLEO DE ATENDIMENTO REMOTO AO ELEITOR (NAVE) E NA OUVIDORIA DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA, EM SALVADOR/BA, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, COM VIGÊNCIA DE 24 MESES, PRORROGÁVEL A CRITÉRIO DO CONTRATANTE, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO ANEXO I DO EDITAL – TERMO DE REFERÊNCIA.

Verificou-se no edital uma restrição a competitividade estampada no item 2.7. que trará da participação no pregão.

Tal ilegalidade é passível de nulidade, e compromete a lisura e isonomia deste processo licitatório (nº 90040/2024).

De início, a restrição a competitividade evidencia uma GRAVE ilegalidade.

Para melhor entender vejamos o que diz o item

IV, DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO:

2.7. Não poderão participar desta licitação:

k) cooperativas de mão de obra, nos termos do Acordo

Judicial entre MPT e AGU constante do Anexo VI deste Edital.

A Lei 12.690/2012 define cooperativas de trabalho como sociedades de trabalhadores unidos para exercer atividades laborativas coletivamente, buscando benefícios como qualificação, renda e melhores condições de trabalho. Regidas por princípios como adesão voluntária, gestão democrática e autonomia, essas cooperativas promovem o crescimento socioeconômico de comunidades marginalizadas. A lei também instituiu o PRONACOOP para fomentar o desenvolvimento dessas organizações.

Decisões judiciais, como as da 7ª Turma do TST e da Primeira Turma do TRT da 18ª Região (GO), não reconheceram vínculo empregatício entre cooperados e cooperativas de trabalho, enfatizando a ausência de subordinação entre os membros. A legislação, incluindo o artigo 442 da CLT, expressamente proíbe esse tipo de vínculo. Assim, as cooperativas de trabalho não devem ser vistas apenas como fornecedoras de mão de obra, mas como sociedades de pessoas unidas para alcançar objetivos comuns, conforme estabelecido pelas leis 12.690/2012, 5.764/1970 e o Código Civil.

Em síntese, essas organizações desempenham um papel crucial na economia brasileira, promovendo a participação econômica e social de seus membros, embora a análise de jurisprudências e práticas administrativas seja essencial para seu desenvolvimento sustentável. O item em questão, de maneira arbitrária e deplorável, restringe a participação de cooperativas no certame, exigindo uma investigação minuciosa pelos órgãos de controle, caso não haja revisão por parte da administração do tribunal, conforme os fatos apresentados a seguir. Tais exigências constituem, por si só, uma violação à igualdade de competição, evidenciando uma clara tentativa de eliminar a concorrência. É inaceitável que o órgão licitante imponha requisitos arbitrários que limitem ou dificultem a participação em processos licitatórios.

Portanto, o requisito em questão é claramente abusivo e carece de qualquer fundamentação jurídica válida, prejudicando a participação das cooperativas no certame. Por esses motivos, estamos confiantes de que o item será revisado e excluído do presente Edital, em conformidade com os princípios da Legalidade, Isonomia e Moralidade.

Em resumo, caso a configuração atual seja mantida, o princípio da isonomia será comprometido, visto que as exigências formuladas limitam severamente o número de empresas qualificadas para a prestação dos serviços, o que, em última análise, não promove uma competição verdadeira, justa e ampla, nem a economicidade da contratação.

V. DO DIREITO

O artigo 37 da Constituição Federal estabelece os princípios fundamentais que a administração pública deve observar ao realizar atos administrativos. Estes incluem legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, além dos princípios implícitos como razoabilidade e proporcionalidade.

O princípio da igualdade, consagrado no artigo 5º da Constituição Federal, assegura que



objetos que não formam um sistema único e integrado, ou quando não há risco para o conjunto do objeto licitado. O parcelamento do objeto deve ser planejado de forma a permitir uma economia vantajosa, aumentando o número de licitantes aptos a oferecer os serviços necessários, atendendo aos requisitos estabelecidos.

A Lei nº 14.133/21 reforça a impossibilidade de o ente licitante privilegiar um licitante em detrimento de outros, conforme o artigo 9º:

"Art. 9º É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:

- a) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas;
- b) estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes;
- c) sejam impertinentes ou irrelevantes para o objeto específico do contrato."

O procedimento licitatório pressupõe uma verdadeira disputa entre os participantes, sendo a competitividade entre as propostas uma condição sine qua non para sua efetividade. Sem concorrência autêntica, a licitação torna-se viciada e converte-se em embuste, lesando a lei. Conforme o princípio da Lealdade e Boa-fé, o administrador não pode agir com malícia ou de forma a confundir ou atrapalhar o cidadão.

Uma recente decisão da Primeira Câmara do TCU modificou o entendimento sobre a participação das cooperativas, propondo a revisão da Súmula 281 do TCU. A vedação à participação de cooperativas em licitação não deve levar em conta a natureza do serviço a ser contratado, conforme o artigo 10 da Lei nº 12.690/2012, que admite a prestação de qualquer gênero de serviço por cooperativas, desde que previsto em seu objeto social.

A Lei nº 12.349/2010 inverteu a lógica anterior, impedindo a exclusão de cooperativas de certames. O artigo 10, § 2º, da Lei nº 12.690/2012 estabelece que "A Cooperativa de Trabalho não poderá ser impedida de participar de procedimentos de licitação pública que tenham por escopo os mesmos serviços, operações e atividades previstas em seu objeto social."

A preocupação do ente público deve ser com a idoneidade da cooperativa, certificandose da regularidade dessas sociedades e da relação mantida com seus cooperados, além de exigir a prestação do serviço de forma coordenada. O modelo de gestão operacional deve atender todos os critérios propostos na norma, evitando a subordinação entre cooperativa e cooperados.

A vedação da participação de sociedades cooperativas em processos licitatórios é completamente descabida, desobedecendo a Leis Federais e normas constitucionais. O argumento utilizado para limitar a participação das cooperativas baseia-se em acordos anteriores à publicação da Lei nº 12.690/2012, que regulamenta a atuação das sociedades cooperativas de trabalho.

A Lei nº 12.690/2012 define as cooperativas de trabalho como sociedades constituídas por trabalhadores para o exercício de suas atividades laborativas ou profissionais com proveito comum, autonomia e autogestão, visando melhor qualificação, renda, situação socioeconômica e condições gerais de trabalho. Portanto, a exclusão de cooperativas é ilegal e não condiz com a atual legislação.

VI. NECESSIDADE DE MEDIDA CAUTELAR.

As deficiências mencionadas, amparadas em indícios robustos de irregularidades, têm o potencial de resultar na nulidade do certame. Portanto, resta clara a presença da probabilidade de direito e do risco de ilícitos no caso, sendo essencial a intervenção breve do Tribunal para evitar a realização da sessão do Pregão nº 90040/2024, agendada para o dia 17/09/2024. O perigo da demora reside na iminência da realização da sessão do pregão, cuja continuidade pode acarretar dispêndios desnecessários tanto para a Administração quanto para os interessados, considerando que sua validade e eficácia estão em questão. Assim, presentes os requisitos para a concessão de medida cautelar, torna-se imprescindível ordenar cautelarmente a suspensão do procedimento.

VII. DOS REQUERIMENTOS

Com base no exposto, solicito que a presente IMPUGNAÇÃO seja julgada procedente, com os seguintes efeitos:

- A. Solicita-se inicialmente o deferimento de medida cautelar em caráter liminar.
- B. Requer-se o recebimento da presente IMPUGNAÇÃO AO EDITAL, julgando-a procedente.
- C. Solicita-se a suspensão do certame para retificação do edital mencionado, seguida de sua republicação e reabertura de todos os prazos, conforme estabelecido pelo artigo 55, §1º da Lei 14.133/21. Propõe-se que a liberação de participação de cooperativa no presente processo licitatório, conforme os argumentos apresentados nesta impugnação.
- D. Fica ciente de que, independentemente do envio desta impugnação pelo Pregoeiro ao Ministério Público, será encaminhada cópia ao MP, MPE, TCM, TCU e CGU.



conforme o Art. 169, II da Lei 14.133/21.



DECISÃO nº 3020679 / 2024 - PRE/DG/ASSED

1. Tramitam os autos para apreciação de impugnações ao edital do Pregão Eletrônico n.º 90040/2024, formuladas pelo CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DA BAHIA (CRA-BA) e pela COOPERATIVA DE TRABALHO ESPECIALIZADA EM SERVIÇO (CTES), documento n.os 3014323 e 3014348.

2. O pregoeiro submeteu à apreciação, conforme documento n.º 3014400.

3. Instada, a Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos - ASJUR1, ao enfrentar a matéria, pronunciou-se conforme Parecer n.º 507, documento n.º 3018985, pelo indeferimento das impugnações, nos termos a seguir indicados:

(...)

5. Inicialmente, compete destacar a tempestividade das impugnações atravessadas, uma vez que a abertura do procedimento está agendada para o dia 17.09.2024 e as petições foram protocolizadas com obediência ao prazo legal de antecedência (condição 18.1 do edital).

6. Passando ao exame do mérito, no que tange à Impugnação apresentada pelo CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DA BAHIA (CRA-BA), cumpre observar que a discussão acerca da exigência de registro no CRA, em licitações desta natureza, não é algo novo. Tanto assim, que o TCU, ao longo dos anos, decidiu reiteradamente, pela improcedência da exigência, vez que a atividade-fim de tais empresas não se relaciona diretamente com ações de administração. Neste sentido, podemos citar: Acórdão 1.449/2003 – Plenário; Acórdão 116/2006 – Plenário; Acórdão 1264/2006 – Plenário; Acórdão 2.475/2007 – Plenário; Acórdão 1841/2011 – Plenário; Acórdão 4608/2015 – 1ª Câmara.

6.1. Além do TCU, os Tribunais já caminharam na mesma direção. É o que se vê, por exemplo, na AC 008214-16.2007.4.05.8000 AL- TRF 5ª Região:

EMENTA

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. EMPRESA DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO. OBRIGATORIEDADE DE INSCRIÇÃO NO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (CRA). INEXISTÊNCIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

1. É pacífica a jurisprudência dos tribunais pátrios no sentido de que é a atividade principal da empresa, segundo expresso no contrato social, que define em qual conselho profissional deve ser inscrita, para fins de fiscalização e controle.

2. Empresa voltada para prestação de serviço de limpeza, conservação e outros correlatos presta serviço comum, em cuja atividade-fim não se compreendem os atos privativos do profissional de Administração, não estando obrigada, pois, ao registro no Conselho Regional de Administração (CRA) (grifo nosso).

3. Fixação dos honorários advocatícios no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, a qual foi atribuído o valor de R\$ 1000,00 (mil reais), em consonância com o disposto no § 4º, do art. 20 do CPC, pelo que devem assim ser mantidos.

4. Apelação e remessa oficial improvidas.

6.2. Não temos conhecimento de recentes enfrentamentos do tema, notadamente quando as licitações já ocorrem sob a égide da Lei nº 14133/2021. Todavia, não nos parece que, com o advento da nova lei, tal posicionamento sofra ou tenha sofrido alguma mudança. Alias, na antiga lei (Lei nº 8.666/93) já constava, no quesito qualificação, a exigência de "registro ou inscrição na entidade profissional competente" (art. 30, I), tal qual se apresenta na Lei nº 14133/2021 (art. 67, V).

7. Quanto à Impugnação da CTES, de modo semelhante, não envolve tema inédito, para o qual, porém, de modo mais recente, se reafirmou a manutenção do Termo de Conciliação firmado entre a AGU e o MPT, divulgando-se, inclusive, específica orientação à Administração Pública¹, nos seguintes termos:

"A Secretaria de Gestão e Inovação torna público, para amplo conhecimento dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais (Sisg), o Parecer n. 00002/2023/DECOR/CGU/AGU do Departamento de Coordenação e Orientação de Órgãos Jurídicos da Consultoria Geral da União, da Advocacia Geral da União (DECOR/CGU/AGU), em que ratifica a manutenção dos critérios estabelecidos no Termo de Conciliação firmado entre a AGU e o MPT nos autos da Ação Civil Pública nº 01082-2002-020-10-00-0, para a participação de sociedades cooperativas nas licitações para contratação de serviços continuados, com dedicação exclusiva de mão de obra, sob a égide da Nova Lei de Licitações e Contratos, a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, conforme Ementa abaixo:

EMENTA: LICITAÇÕES E CONTRATOS. SOCIEDADES COOPERATIVAS. POSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÕES. TERCEIRIZAÇÃO. CONTRATAÇÃO DE COOPERATIVAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA. ALTERAÇÃO LEGISLATIVA. SUPERVENIÊNCIA DA LEI N. 14.133/2021. EXISTÊNCIA DE TERMO DE CONCILIAÇÃO JUDICIAL NOS AUTOS DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA TRABALHISTA. ANÁLISE SOBRE A NECESSIDADE DE REVISÃO/REVOGAÇÃO DOTERMO DE CONCILIAÇÃO.

I – O art. 16 da Lei nº 14.133/2021 deve ser interpretado sistematicamente, e acordo com o arcabouço jurídico que envolve a matéria das Cooperativas, não prejudicando a validade do Termo de Conciliação firmado entre o Ministério Público do Trabalho – MPT e a Advocacia Geral da União – AGU.

II – Mesmo para as licitações sob a égide da Lei nº 14.133/2021, legítimo o entendimento de que a União deve se abster de celebrar contratos administrativos com cooperativas de trabalho nas hipóteses em que a execução dos serviços terceirizados, por sua própria natureza, demande vínculo de emprego dos



mantemos o posicionamento pela vedação das cooperativas no certame. Reforçando o nosso entendimento e para não deixar dúvidas neste aspecto, o tópico 9, do Termo de Referência (Anexo I do edital), dentre outras coisas, diz:

***9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

(...)

u) Manter vínculo empregatício formal e expresso com os seus empregados, sendo responsável pelo pagamento de salários e todas as demais vantagens, recolhimento de todos os encargos sociais e trabalhistas, fiscais e parafiscais, emolumentos, além de seguros e indenizações, conforme a natureza jurídica da Contratada, incidentes sobre o objeto do Contrato, ficando ressalvado que a inadimplência da Contratada para com estes encargos não irá transferir à Contratante a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato, e poderá ensejar a rescisão do Contrato, caso a Contratada, uma vez notificada para regularizar as pendências, permaneça inadimplente;" (grifo atual)

8. Ante todo exposto, opinamos pelo indeferimento das Impugnações apresentadas pelo CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DA BAHIA (CRA-BA) e pela COOPERATIVA DE TRABALHO ESPECIALIZADA EM SERVIÇO (CTES) (docs. nºs. 3014323 e 3014348), mantendo-se, por consequência, o Edital do Pregão Eletrônico 90040/2024 (doc. nº 2995980) na forma como originalmente publicado.

É o parecer, sub censura.

À ASSESD.

(...)

4. Deste modo, lastreado no parecer ASJUR1 n.º 507, cujos fundamentos adoto e que passa a integrar a presente decisão, e com base nas atribuições constantes do art. 143, VII, da Resolução Administrativa n.º 27/2024, conheço das impugnações apresentadas pelo CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DA BAHIA (CRA-BA) e pela COOPERATIVA DE TRABALHO ESPECIALIZADA EM SERVIÇO (CTES), documentos nos 3014323 e 3014348, e, no mérito, julgo as mesmas improcedentes, pelas razões defendidas pela unidade consultiva que, em síntese, demonstram, in casu, a improcedência da exigência de registro da empresa no CRA e a impossibilidade de participação de cooperativas de trabalho na licitação.

5. Por conseguinte, mantenho o Edital do Pregão Eletrônico 90040/2024 e determino o prosseguimento da licitação.

6. Encaminhe-se ao Núcleo de Pregoeiros (NUP), para as providências devidas, inclusive notificar as impugnantes da decisão proferida.

RAIMUNDO VIEIRA

Diretor-Geral

14/09/2024 11:34



Senhor Presidente,

O CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DA BAHIA - CRA/BA, Autarquia Federal criada pela Lei Federal nº 4.769/65 e regulamentada pelo Decreto Federal nº 61.934/67, com alterações sancionadas pela Lei nº 7.321/85, tem como finalidade precípua fiscalizar o exercício da profissão de Administrador e a exploração de serviços nos campos da Administração, dispostos no art. 2º da supracitada lei.

Tomamos conhecimento do Edital de Pregão Eletrônico N° 90040/2024 do Tribunal Regional Eleitoral - BA, cujo objeto "Contratação de empresa para prestação contínua de serviços terceirizados de apoio ao atendimento ao cliente, com cessão de mão de obra residente, para alocação de postos de trabalho de Atendente III, Atendente IV (Libras), Telefonista, Telefonista Bilingue (Libras), Auxiliar de Supervisão e Supervisor, para atuação nos serviços de atendimento ao público na Central de Atendimento ao Público (CAP), no Núcleo de Atendimento Remoto ao Eleitor (NAVE) e na Ouvidoria do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, em Salvador/BA" envolve prestação de serviços para terceiros com Locação de Mão-de-Obra.

Informamos que as empresas que prestam serviços para terceiros com Locação de Mão-de-Obra, para garantir a eficácia na prestação de serviços aos seus clientes, desenvolvem diversas atividades nas áreas de Administração Financeira, Recrutamento, Seleção e Administração de Pessoal, as quais são expressamente definidas no art. 2º da Lei nº 4.769/65. Com isso, a operacionalização desse serviço dar-se-á através de pessoas aptas (habilitadas) a realizar tal serviço, envolvendo, para tanto, uma gestão de recursos humanos, área de conhecimento específico da ciência da Administração concernente à Administração de Recursos Humanos, e todos os seus aspectos peculiares como: treinamento específico, identificação do perfil adequado às atividades e o grau de instrução para realizar os serviços.

As empresas registradas no Conselho Regional de Administração têm a supervisão de suas atividades realizada por um Responsável Técnico, Administrador registrado também no CRA, e submetido ao código de ética da profissão, o que dá maior credibilidade à população alvo dos serviços prestados, evitando, assim, grande prejuízo à Administração Pública, uma vez que esta última poderá contratar empresa não habilitada para esse fim. Assim sendo, as empresas que exploram tais serviços são obrigadas ao registro cadastral neste



Serão obrigatoriamente registrados nos CRA as empresas, entidades e escritórios técnicos que explorem, sob qualquer forma, atividades de Administrador, enunciadas nos termos desta Lei (grifo nosso). Art. 15 da Lei Federal nº 4.769/65.

No mesmo sentido dispõe a Lei Federal nº 6.839/80, em seu artigo 1º, quando cita a obrigatoriedade do registro de empresas em relação à atividade pela qual prestam serviços a terceiros:

"Art. 1º O registro de empresas e a anotação dos profissionais legalmente habilitados, delas encarregados, serão obrigatórios nas entidades competentes para a fiscalização do exercício das diversas profissões, em razão da atividade básica ou em relação àquela pela qual prestem serviços a terceiros (grifo nosso). Art. 1º da Lei federal nº 6.839/80.

Nessa esteira, o Conselho Federal de Administração definiu, no Acórdão nº 03/2011, sobre a obrigatoriedade de registro das empresas que exploram serviços de Locação de Mão-de-Obra nos Conselhos Regionais de Administração, nos seguintes termos:

Visto, relatado e discutido o Parecer Técnico CTE N° 03/2008, de 12/12/2008, da Comissão Especial Técnica de Estudos de Fiscalização, constituída pela Portaria CFA N° 20/2011, de 17/03/11, alterada pela Portaria CFA N° 77/2011, de 22/08/11, sobre a obrigatoriedade de registro em CRA das empresas prestadoras de serviços terceirizados - Locação de Mão-de-Obra, ACORDAM os Conselheiros Federais do Conselho Federal de Administração, reunidos na 16a Sessão Plenária, em 15/09/2011, por unanimidade, ante as razões expostas pelos integrantes da citada Comissão, com fulcro nos arts. 15 da Lei nº 4.769/65 e 1º da Lei nº 6.839/80, em julgar obrigatório o registro nos Conselhos Regionais de Administração, das empresas prestadoras de serviços terceirizados - Locação de Mão-de-Obra, por praticarem atividades de recrutamento, seleção, treinamento, admissão, demissão e administração de pessoal, para que possam disponibilizar ou fornecer a mão-de-obra necessária à execução dos serviços que se propõe a prestar, tais como: limpeza, vigilância, telefonia, recepção, dentre outros. As atividades praticadas por essas empresas estão inseridas no campo de Administração e Seleção de Pessoal/Recursos Humanos, privativo do Administrador, de acordo com o previsto no art. 2º da Lei nº 4.769/65. O Parecer Técnico da Comissão Especial Técnica de Estudos de Fiscalização fica fazendo parte integrante do presente acórdão. Acórdão 03/2011 - Plenário - CFA.

Junto a isso, a Lei Federal nº 14.133/21, promulgada para substituir sua antecessora, também prevê, em seu art. 67, o dispositivo legal, a saber:

Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

I - apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;

II - certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 desta Lei;

III - indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos; (...)

V - registro ou inscrição na entidade profissional competente, quando for o caso; (grifos nossos), LEI N° 14.133/21, DE 1º DE ABRIL DE 2021.

Ante o exposto, o Conselho Regional de Administração da Bahia solicita do Tribunal Regional Eleitoral - BA a retificação do referido edital de Pregão Eletrônico N° 90040/20244, passando a exigir:

1. Registro da licitante no Conselho Regional de Administração da Bahia (CRA-BA) ou Registro Secundário,



empregado, como autônomo, como sócio ou como procurador, um profissional de nível superior detentor de certidão de acervo técnico – CAT registrado no CRA, dentro da validade e compatível com o objeto licitado;

3. Capacidade técnico-operacional: Apresentação de, no mínimo, 1 (um) atestado de aptidão da Empresa licitante, acompanhado da certidão de registro, na validade exigida pelo Conselho Federal de Administração, para execução de serviços compatíveis com o objeto desta licitação, em características, quantidades e prazos que permitam o ajuizamento da capacidade de atendimento, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no Conselho Regional de Administração – CRA/BA e visado pelo seu Responsável Técnico. Caso a licitante seja sediada fora do Estado da Bahia, deverá apresentar seu atestado de aptidão registrado no CRA do seu Estado de origem.

Na oportunidade, nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos pelo tel.(71) 3311.2583 das 09:00 às 17:30h e e-mail: coord.fiscalizacao@cra-ba.org.br e fiscal1@cra-ba.org.br.



DECISÃO nº 3020679 / 2024 - PRE/DG/ASSED

1. Tramitam os autos para apreciação de impugnações ao edital do Pregão Eletrônico n.º 90040/2024, formuladas pelo CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DA BAHIA (CRA-BA) e pela COOPERATIVA DE TRABALHO ESPECIALIZADA EM SERVIÇO (CTES), documento n.os 3014323 e 3014348.

2. O pregoeiro submeteu à apreciação, conforme documento n.º 3014400.

3. Instada, a Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos - ASJUR1, ao enfrentar a matéria, pronunciou-se conforme Parecer n.º 507, documento n.º 3018985, pelo indeferimento das impugnações, nos termos a seguir indicados:

(...)

5. Inicialmente, compete destacar a tempestividade das impugnações atravessadas, uma vez que a abertura do procedimento está agendada para o dia 17.09.2024 e as petições foram protocolizadas com obediência ao prazo legal de antecedência (condição 18,1 do edital).

6. Passando ao exame do mérito, no que tange à Impugnação apresentada pelo CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DA BAHIA (CRA-BA), cumpre observar que a discussão acerca da exigência de registro no CRA, em licitações desta natureza, não é algo novo. Tanto assim, que o TCU, ao longo dos anos, decidiu reiteradamente, pela improcedência da exigência, vez que a atividade-fim de tais empresas não se relaciona diretamente com ações de administração. Neste sentido, podemos citar: Acórdão 1.449/2003 – Plenário; Acórdão 116/2006 – Plenário; Acórdão 1264/2006 – Plenário; Acórdão 2.475/2007 – Plenário; Acórdão 1841/2011 – Plenário; Acórdão 4608/2015 – 1ª Câmara.

6.1. Além do TCU, os Tribunais já caminharam na mesma direção. É o que se vê, por exemplo, na AC 008214-16.2007.4.05.8000 AL- TRF 5ª Região:

EMENTA

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. EMPRESA DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO. OBRIGATORIEDADE DE INSCRIÇÃO NO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (CRA). INEXISTÊNCIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

1. É pacífica a jurisprudência dos tribunais pátrios no sentido de que é a atividade principal da empresa, segundo expresso no contrato social, que define em qual conselho profissional deve ser inscrita, para fins de fiscalização e controle.

2. Empresa voltada para prestação de serviço de limpeza, conservação e outros correlatos presta serviço comum, em cuja atividade-fim não se compreendem os atos privativos do profissional de Administração, não estando obrigada, pois, ao registro no Conselho Regional de Administração (CRA) (grifo nosso).

3. Fixação dos honorários advocatícios no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, a qual foi atribuído o valor de R\$ 1000,00 (mil reais), em consonância com o disposto no § 4º, do art. 20 do CPC, pelo que devem assim ser mantidos.

4. Apelação e remessa oficial improvidas.

6.2. Não temos conhecimento de recentes enfrentamentos do tema, notadamente quando as licitações já ocorrem sob a égide da Lei nº 14133/2021. Todavia, não nos parece que, com o advento da nova lei, tal posicionamento sofra ou tenha sofrido alguma mudança. Alias, na antiga lei (Lei nº 8.666/93) já constava, no quesito qualificação, a exigência de "registro ou inscrição na entidade profissional competente" (art. 30, I), tal qual se apresenta na Lei nº 14133/2021 (art. 67, V).

7. Quanto à Impugnação da CTES, de modo semelhante, não envolve tema inédito, para o qual, porém, de modo mais recente, se reafirmou a manutenção do Termo de Conciliação firmado entre a AGU e o MPT, divulgando-se, inclusive, específica orientação à Administração Pública¹, nos seguintes termos:

"A Secretaria de Gestão e Inovação torna público, para amplo conhecimento dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais (Sisg), o Parecer n. 00002/2023/DECOR/CGU/AGU do Departamento de Coordenação e Orientação de Órgãos Jurídicos da Consultoria Geral da União, da Advocacia Geral da União (DECOR/CGU/AGU), em que ratifica a manutenção dos critérios estabelecidos no Termo de Conciliação firmado entre a AGU e o MPT nos autos da Ação Civil Pública nº 01082-2002-020-10-00-0, para a participação de sociedades cooperativas nas licitações para contratação de serviços continuados, com dedicação exclusiva de mão de obra, sob a égide da Nova Lei de Licitações e Contratos, a



DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA, ALTERAÇÃO LEGISLATIVA, SUPERVENIÊNCIA DA LEI N. 14.133/2021, EXISTÊNCIA DE TERMO DE CONCILIAÇÃO JUDICIAL NOS AUTOS DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA TRABALHISTA, ANÁLISE SOBRE A NECESSIDADE DE REVISÃO/REVOGAÇÃO DO TERMO DE CONCILIAÇÃO.

I - O art. 16 da Lei nº 14.133/2021 deve ser interpretado sistematicamente, e acordo com o arcabouço jurídico que envolve a matéria das Cooperativas, não prejudicando a validade do Termo de Conciliação firmado entre o Ministério Público do Trabalho - MPT e a Advocacia Geral da União - AGU.

II - Mesmo para as licitações sob a égide da Lei nº 14.133/2021, legítimo o entendimento de que a União deve se abster de celebrar contratos administrativos com cooperativas de trabalho nas hipóteses em que a execução dos serviços terceirizados, por sua própria natureza, demande vínculo de emprego dos trabalhadores em relação à contratada." (grifo nosso)

7.1. Sendo assim, à vista das características e descrição dos serviços objeto do Pregão Eletrônico 90040/2024, que nitidamente requer a subordinação e vínculo dos profissionais que aqui serão alocados, mantemos o posicionamento pela vedação das cooperativas no certame. Reforçando o nosso entendimento e para não deixar dúvidas neste aspecto, o tópico 9, do Termo de Referência (Anexo I do edital), dentre outras coisas, diz:

"9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

(...)

u) Manter vínculo empregatício formal e expresso com os seus empregados, sendo responsável pelo pagamento de salários e todas as demais vantagens, recolhimento de todos os encargos sociais e trabalhistas, fiscais e parafiscais, emolumentos, além de seguros e indenizações, conforme a natureza jurídica da Contratada, incidentes sobre o objeto do Contrato, ficando ressalvado que a inadimplência da Contratada para com estes encargos não irá transferir à Contratante a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato, e poderá ensejar a rescisão do Contrato, caso a Contratada, uma vez notificada para regularizar as pendências, permaneça inadimplente;" (grifo atual)

8. Ante todo exposto, opinamos pelo indeferimento das Impugnações apresentadas pelo CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DA BAHIA (CRA-BA) e pela COOPERATIVA DE TRABALHO ESPECIALIZADA EM SERVIÇO (CTES) (docs. nºs, 3014323 e 3014348), mantendo-se, por consequência, o Edital do Pregão Eletrônico 90040/2024 (doc. nº 2995980) na forma como originalmente publicado.

É o parecer, sub censura.

À ASSESSED,

(...)

4. Deste modo, lastreado no parecer ASJUR1 nº 507, cujos fundamentos adoto e que passa a integrar a presente decisão, e com base nas atribuições constantes do art. 143, VII, da Resolução Administrativa nº 27/2024, conheço das impugnações apresentadas pelo CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DA BAHIA (CRA-BA) e pela COOPERATIVA DE TRABALHO ESPECIALIZADA EM SERVIÇO (CTES), documentos nos 3014323 e 3014348, e, no mérito, julgo as mesmas improcedentes, pelas razões defendidas pela unidade consultiva que, em síntese, demonstram, in casu, a improcedência da exigência de registro da empresa no CRA e a impossibilidade de participação de cooperativas de trabalho na licitação.

5. Por conseguinte, mantenho o Edital do Pregão Eletrônico 90040/2024 e determino o prosseguimento da licitação.

6. Encaminhe-se ao Núcleo de Pregoeiros (NUP), para as providências devidas, inclusive notificar as impugnantes da decisão proferida.

RAIMUNDO VIEIRA

Diretor-Geral

[Incluir impugnação](#)

